



Revista Direito e Práxis

E-ISSN: 2179-8966

[direitoepraxis@gmail.com](mailto:direitoepraxis@gmail.com)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Janeiro

Brasil

Estrada Saavedra, Marco

A anarquia organizada: as barricadas como o subsistema de segurança da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca

Revista Direito e Práxis, vol. 6, núm. 12, 2015, pp. 604-650

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350944514019>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

## A anarquia organizada: as barricadas como o subsistema de segurança da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca

*"La anarquía organizada: las barricadas como el subsistema de seguridad de la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca"*

**Marco Estrada Saavedra**

Graduou-se em sociología na Universidad Iberoamericana na Cidade do México e realizou seu doutorado em ciências políticas na Universität Hamburg da Alemanha. Atualmente é Professor do Centro de Estudios Sociológicos do Colegio de México. De 2006 a 2015 foi diretor da revista *Estudios Sociológicos*. Em colaboração com Alejandro Agudo organizou os volumes coletivos *(Trans)formaciones del Estado en los márgenes de América Latina* (2012) e *Formas reales de dominación del Estado* (2014). Entre seus livros se encontram *La comunidad armada rebelde y el EZLN* (2007), *Sistemas de protesta* (2015) e *El pueblo ensaya la revolución. La APPO y el sistema de dominación oaxaqueño*. Email: msaavedra@colmex.mx

**Tradução:**

*Amanda Paulista de Souza*

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Mestranda no programa de pós graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

“¿Qué puedo decirte de los seres humanos, Vitia? Me sorprenden tanto por sus buenas cualidades como por las malas. Son extraordinariamente diferentes, aunque todos conocen un idéntico destino. Imaginate a un grupo de gente bajo un temporal: la mayoría se afanará por guarecerse de la lluvia, pero eso no significa que todos sean iguales. Incluso en esta tempestad cada cual se protege de la lluvia a su manera...”

Vasili Grossman

### **Resumen**

En este artículo se estudia el fenómeno de las barricadas levantadas por los simpatizantes de la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO) durante el conflicto social y político que tuvo lugar en ese estado de México en 2006. Desde una perspectiva sistémica se les considera como un “subsistema de seguridad” de la APPO, la cual, a su vez, es tratada como un “sistema de protesta”. Con base en información generada en un amplio trabajo de campo, se explican las funciones de las barricadas para la reproducción de la protesta social y política, su organización interna, su capacidad para generar distinciones espaciales e identitarias, el proyecto político y la utopía surgidos de la experiencia de los barricaderos y, finalmente, las relaciones y tensiones entre las barricadas y la APPO.

**Palabras claves:** teoría de los sistemas sociales, sistemas de protesta, movimientos sociales, identidad colectiva, conflicto social y político.

### **Abstract**

This article analyzes the barricades erected by Popular Assembly of the Peoples of Oaxaca (APPO) supporters during social and political conflicts that took place in the Mexican state of Oaxaca in 2006. From a Theory of Systems' perspective they are considered as a "security subsystem" of APPO, which, in turn, is treated as "system of protest". Based on information collected through an extensive fieldwork, it is possible to explain the functions of barricades by reproducing social and political protest, its internal organization, its capacity to generate spatial and identity distinctions, the political project and utopia emerged from barricaders' experiences and, finally, the relations and tensions between barricades and APPO.

**Key words:** Systems Theory, system of protest, social movements, collective identity, social and political conflict.

## Introdução

Seguindo o que era feito por um pouco mais de duas décadas em Oaxaca, os professores membros da 22<sup>a</sup> Seção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação (SNTE) iniciaram seu ciclo de mobilizações no 1º de maio de 2006 a fim de demandar melhorias salariais e trabalhistas de diferentes ordens perante o governo de Oaxaca. A negociação entre os professores e o governo mostrou-se especialmente difícil naquele ano. Como forma de pressão, 70 mil professores decidiram estabelecer no dia 22 daquele mesmo mês um “plantão” na praça principal da cidade até que suas reivindicações fossem plenamente aceitas. Dado que nenhuma das partes cedia em suas demandas, o diálogo deixou de ser possível. A cidade foi praticamente paralisada pelos docentes. Em resposta, as autoridades estaduais decidiram pela desocupação violenta da praça principal na madrugada do dia 14 de junho de 2006. Os professores resistiram à polícia e, com o apoio de uma parte significativa dos cidadãos de Oaxaca, conseguiram recuperar a praça principal. Três dias depois, uma impressionante coalizão liderada pelo grupo de professores e formada por organizações sociais e políticas de diferentes matizes ideológicos decide constituir aquela que seria conhecida como a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca. Seu objetivo principal era a renúncia imediata do governador Ulises Ruiz Ortiz.

O conflito alcançou tamanha dimensão que, *de fato*, foi atingido um estado de ingovernabilidade em Oaxaca, já que o governador, os juízes e deputados estaduais não puderam exercer suas funções governamentais, judiciais e legislativas. Todos os edifícios e repartições públicas estaduais e federais foram ocupados e fechados pelos apoiadores da APPO. Os policiais não se atreviam a aparecer uniformizados na rua; as escolas públicas fecharam; os estudantes iniciaram uma greve de solidariedade. Durante esses dias, era comum observar na cidade manifestações massivas contra Ulises Ruiz. Obviamente, também havia alguns conflitos e confrontamentos entre os apoiadores da APPO e do governo. Foi neste contexto que, a partir da terceira

semana de agosto, surgiram entre 500 e 2000 barricadas na cidade visando à proteção dos *appistas*<sup>1</sup> contra a crescente violência policial.

Talvez uma sucinta narração seja a maneira mais adequada de introduzir o ambiente que se vivia em Oaxaca no outono de 2006 e compreender, dessa forma, o que foram as barricadas.

Disseminando sua luz amarelada e viva em uma noite negra de setembro, várias fogueiras, distribuídas com certo cuidado no quadrante de algum cruzeiro da unidade habitacional Ricardo Flores Magón, na capital de Oaxaca, são alimentadas por um par de mulheres com pedaços de arbustos secos, madeira, papel e resíduos. Em seguida, os *barricaderos*<sup>2</sup> se reúnem ao redor [das fogueiras] para receber seu calor agradável. É uma madrugada fria. Homens e mulheres se ajuntam em pequenas rodas, um tanto dispersos para conversar, matar o tempo e despertar tomando uma bebida quente acompanhada de algum refresco. Somente algumas poucas pessoas transitam com certa pressa pelas ruas desertas e mal iluminadas. Os *barricaderos* vigiam todo o movimento, em especial dos automóveis que se aproximam. Quando isso acontece, a expressão em seus rostos muda; a preocupação é perceptível em seus olhares ansiosos. Seus corpos, antes relaxados, se colocam em alerta. Sem trocar palavras, as pessoas buscam instintivamente se aproximar como uma forma de evitar algum problema. O automóvel em questão, neste caso um táxi, vira algumas ruas antes à esquerda e desaparece do campo visual das pessoas. Os *barricaderos* voltam a ficar tranquilos, as conversas são retomadas e alguns começam a realimentar as chamas, muito mais com o intuito de esticar as pernas e vencer o sono. Os cães latem e *La Ley Del Pueblo*, a rádio ocupada pela Assembleia Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO), intercala em sua programação música e informação sobre a situação em diferentes pontos da cidade. Alguns escutam com atenção; outros, ao invés disso, leem, concentrados, livros e jornais. A rua está cheia de lixo, o que dá à cena um ar triste e desolado. Pedras, vigas de madeiras, fogueiras e alguns sacos bloqueiam a passagem. No mesmo pavimento é possível ler pichações como

<sup>1</sup> Será mantido, nesta tradução, o termo original que o autor utiliza para se referir aos membros da APPO [N.T.]

<sup>2</sup> Também será mantido o termo original referente aos participantes das brigadas [N.T.]

“Fora URO”.<sup>3</sup> Uma faixa pendurada em dois postes de luz contém a inscrição “Cidadãos organizados contra a delinquência e o mal governo. Fora URO!!”. Com lanternas, um pequeno grupo de homens e mulheres se dirigem para realizar uma ronda e garantir que tudo se mantenha em ordem. As conversas se transformam em cochichos; o silêncio se apodera da noite<sup>4</sup>.

Momentos como este se repetirão, noites após noites, em centenas, se não em milhares de ruas de uma cidade que, no verão e outono de 2006, parecia um campo de batalha em que se encenava um tipo de guerra civil entre os apoiadores da APPO e o governo estadual.

É possível que devido à proximidade temporal que ainda existe com o conflito social e político que se viveu em Oaxaca, e cujas influentes reverberações persistem até hoje, não se tenha alcançado a distância intelectual e emocional necessária para compreender e explicar a constituição, organização e mobilização de protesto da APPO. Ao menos isso responderia o porquê a produção científica a respeito tem sido exígua desde o término dos acontecimentos<sup>5</sup>. Além disso, é preciso considerar o fato de que, depois da repressão massiva no final de novembro daquele ano que continuou de maneira mais localizada nos meses subsequentes, os protagonistas têm preferido, por razões de segurança, de sofrimento e de trauma da experiência, silenciar e reservar suas opiniões, testemunhos e reflexões para tempos menos nefastos. Previsivelmente, têm predominado até este momento as publicações periódicas, testemunhais, de partidos e de denúncia de violação aos direitos humanos (Osorno, 2007; Martínez Vásquez, 2007; Beas Torres, 2007; Garriaca, 2008; Denham et AL, 2008; CCIODH, 2008; y Sotelo MArbán, 2008), assim como uma notável produção documental sobre a mobilização das mulheres

<sup>3</sup> Ulises Ruiz Ortiz, governador de Oaxaca

<sup>4</sup> Cfr. “15, 25:50, Barricadas de noche”. ORIG./14/15/166/167/168/169 C 031 (videogramação em formato VHS) Fonte: Ojo de Agua. Caja de archivo nº 018 “Oaxaca 2006/movimiento”, s/f. Agradeço ao coletivo Ojo de Agua por ter me permitido consultar seu arquivo audiovisual a partir do qual faço essa descrição

<sup>5</sup> Estudos sobre os antecedentes do conflito social e a APPO podem ser encontrados em Cortés (2006), algumas colaborações no numero 24/25 de *Cuadernos Del Sur* (2007) e em Martínez Vásquez (2009). Uma interpretação politológica sobre a APPO e sobre a crise política em Oaxaca pode ser encontrada em Recondo (2207:457ss). Ensaios acadêmicos podem ser encontrados no número 148 da revista de divulgação *El Cotidiano* (2008)

que formaram a Organização de Mulheres de Oaxaca (Mal de Ojo y Contraimagen, 2007), as origens, desenvolvimento e consequências do conflito (Freidberg, 2007 e Coladangelo, 2009), a criação musical dos mobilizados (Law, 2008), a participação de mídias alternativas (Videohachers e Indymedia, 2007), os coletivos de artistas urbanos e a produção gráfica de protesto (Garduño e Salsido, 2008 e Mal de ojo s/f), a repressão subgovernamental (Mal de Ojo e Comité de Libertación 25 de noviembre, 2007) e, obviamente, as barricadas (Ballesteros, 2007). Também contamos com uma compilação fotográfica que retrata o ambiente de indignação e violência desses meses na antiga Antequera (Leyva, 2008). É certo que nenhuma dessas obras contém pretensões de análise científica-social, contudo o material reunido é muito rico em matéria de informação, imagens e áudio, resultando, sem a menor dúvida, numa fonte primária fundamental para o estudo do que se conheceria como “A comuna de Oaxaca”<sup>6</sup>. Consequentemente, o que é preciso fazer é iniciar um trabalho de análise sociológico para compreender e explicar as causas e consequências da mobilização contestatória dos *appistas*.

Neste artigo, desejo trabalhar um dos fenômenos sociológicos mais singulares do conflito oaxaqueño: as barricadas. Para isso, I) descreverei brevemente o marco teórico-metodológico utilizado para, posteriormente, II) explicar as funções das barricadas para a reprodução da APPD como sistema de protesto, III) descrever sua forma e IV) dar conta de sua organização interna. Em seguida, V) me ocuparei tanto de sua capacidade de criar distinções espaciais e identitárias, VI) como de seu projeto político e a utopia social surgidos das experiência dos *barricaderos*. Finalmente, VII) tratarei das

---

<sup>6</sup> Esta inusitada produção extra-acadêmica de informação escrita, visual e musical sobre a APPD deveria suscitar uma reflexão, por um lado, sobre a importância da tecnologia audiovisual, assim como dos meios de comunicação, na formação dos sistemas de protesto e sua capacidade de auto-reflexão e auto-observação, já que seus criadores foram participantes ou estiveram muito próximo dos protagonistas. Por outro, nos obriga a pensar, como cientistas sociais, em como temos tratado tais materiais na construção metodológica dos nossos objetos de estudo: quem os produz, com quais interesses, em quais condições, como estão elaborados e editados, qual é seu valor informativo, como lidar diante da imediatez e aparente objetividade dos materiais audiovisuais? Todas essas perguntas convidam a realizarmos uma “observação de segunda ordem” sobre a maneira que outros sistemas observam e desafiam a pretensão da sociologia da representação da verdade do mundo social.

relações sistêmicas entre a APPO e as barricas e VIII) as tensões existentes entre ambas.<sup>7</sup>

## I

Em termos teóricos e metodológicos, concebo a APPO não como um movimento social, mas como um “sistema de protesto”. Esta é uma forma especial dos sistemas sociais<sup>8</sup> que se caracteriza por uma constituição e produção que se dá mediante comunicações orientadas ao conflito. Estas comunicações se expressam tematicamente como mobilizações de protesto contra diferentes oponentes (como o governo, as organizações eclesiásticas, as empresas, os meios de comunicação) ou contra consequências não previstas oriundas da operação dos sistemas funcionais da sociedade (como a política, o direito, a economia, a ciência ou a arte)<sup>9</sup>.

A complexidade de um sistema de protesto pode ser apreendida pela distinção de diferentes níveis de análise. Com efeito, mediante a diferenciação sistema/ambiente é possível observar qualquer sistema de protesto tanto em seus elementos, processos, funções e estruturas internas como também em suas comunicações *externas*, interpenetrações e acoplamentos estruturais com outros sistemas sociais (incluindo os sistemas funcionais) de seu ambiente. Esta distinção fundamental se complementa com outras três mais: a

<sup>7</sup> O material empírico deste escrito é produto do trabalho de campo que, desde 2008, levo a cabo, junto com a Dra. Silvia Bolos, no marco de um projeto de pesquisa sobre a constituição, organização e mobilização da APPO. As diretrizes gerais dessa pesquisa podem ser consultadas em Bolos e Estrada Saavedra (2010). Agradeço à Universidade Iberoamericana e ao Conselho Nacional para a Ciência e Tecnologia pelo financiamento ao nosso trabalho. Também agradeço às fundações Alexander-von-Humboldt e Thyssen pela bolsa que me tem outorgado como cientista visitante no Lateinamerika-Institut da Freie Universität Berlin durante 2010. Com este feito pude ter o tempo e os meios necessários para escrever este artigo. Por fim, quero expressar meu agradecimento aos “juízes anônimos” que avaliaram este texto para *Estudios Sociológicos* pela sua leitura inteligente, crítica e enriquecedora. Espero que minhas respostas às suas observações e sugestões estejam à altura de suas exigências.

<sup>8</sup> Sobre o conceito de sistema social, ver Luhmann (1987)

<sup>9</sup> Sobre a concepção dos “movimentos de protesto” da teoria dos sistemas, ver Luhmann (1992, 1996 e 1998), Japp (1984, 1986<sup>a</sup>, 1986b, 1990), Hellmann (1996, 1998 e 2000) e Alhemayer (1989 e 1995). Ainda que parecida com esta, meu modelo analítico varia de maneira significativa em relação à concepção alemã. Neste texto não me é possível, contudo, desenvolver essas diferenças. Sobre este tema, ver Estrada Saavedra (2008).

interação, a organização e a sociedade<sup>10</sup>. Enquanto que a ultima, compreendida analiticamente, pertence ao ambiente do sistema de protesto, as primeiras duas distinções estão ligadas a sua constituição interna. Em outras palavras, os participantes no sistema de protesto podem ser observados 1) seja em suas interações cotidianas em seus respectivos meios sociais ou mundos de vida, 2) como membros da organização sistêmica a partir de seus diferentes papéis, posições de autoridade e relações de poder entre si, ou 3) como uma unidade coletiva inserida em um conflito com, ao menos, um oponente e travando relações de aliança e oposição com diferentes atores, grupos e organizações. Esta complexidade permite ao sistema de protesto se referir, ao mesmo tempo, a diversos sistemas funcionais e a suas respectivas organizações.

A APPD pode ser considerada como um sistema de protesto porque: 1) se diferencia de seu ambiente; 2) alcança sua autopoiese criando estruturas próprias de comunicação, organização, mobilização, produção e distribuição de recursos e bens coletivos; 3) cria sua própria forma: o protesto; 4) constrói uma perspectiva de observação: a crítica sociopolítica e a denúncia contestatória; 5) elabora mecanismos de condução (lideranças), recrutamento (motivação e seleção de membros) e identidade (diferenciação do ambiente); 6) firma alianças e produz redes de interação e comunicação com outros sistemas de protesto, organizações, formadores de opinião pública, organizações não governamentais, etc.; 7) inicia eventos de protesto e conflito com outros sistemas sociais, especialmente com as organizações dos sistemas funcionais, por exemplo, universidades, empresas, igrejas, partidos políticos, jornais, etc.; 8) critica os efeitos da diferenciação dos sistemas sociais<sup>11</sup>. Neste sentido, a APPD está composta de diferentes subsistemas especializados (como, por exemplo, os da direção política, de planejamento estratégico, da

<sup>10</sup> Qualquer um que conheça a obra de Niklas Luhmann saberá que essas distinções fazem referência a três tipos fundamentais e irredutíveis de sistemas sociais (Luhmann, 2005). Como não me sinto obrigado a seguir a ortodoxia “bielefeldiana” nem a fazer um culto improutivo, sociologicamente, à “grande teoria”, lanço mão de seu instrumental conceitual para compreender e explicar, teórica e empiricamente, os sistemas de protesto.

<sup>11</sup> Seguindo a numeração anterior, os pontos 1 a 5 corresponderiam aos níveis de análise da interação e organização, enquanto que o 6, 7 e 8 aos da sociedade.

organização, da segurança, do protesto simbólico ou da difusão midiática)<sup>12</sup> que, em seu conjunto, formam este sistema de protesto.

Em relação a sua composição organizativa e à origem de seus elementos constituintes, é possível diferenciar metodologicamente a APPO em quatro segmentos: 1) a 22<sup>a</sup> Seção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação (SNTE) e a Frente de Sindicatos e Organizações Democráticas de Oaxaca (FESODO), 2) as organizações populares, 3) as organizações não-governamentais e 4) os setores não organizados ou “independentes” da população.<sup>13</sup> Esse quarteto de segmentos se encontra, por sua vez, internamente diferenciado em distintos grupos, frações, tendências políticas e correntes ideológicas, de forma que seria reducionista supor uma homogeneidade do sistema de protesto, em geral, e dos diferentes subsistemas, em particular. Isso implica, portanto, que cada um dos subsistemas da APPO têm, exceto as orientações gerais de comunicação e ação, orientações particulares que, em determinados momentos, podem ser compatíveis e, em outros, podem ser divergentes, conflitando entre si. Por exemplo, o segmento formado pelos sindicatos orienta suas comunicações e ações coletivas tipicamente de acordo com a luta sindical, com a negociação e com o conflito próprio do sistema político institucional (estadual e federal). Em contrapartida, os segmentos das organizações populares e dos setores não organizados da população se orientam *tipicamente* fora e contra o sistema político<sup>14</sup>, enquanto que as organizações não governamentais firmam relações, predominantemente, com atores e organismos da sociedade civil nacional e internacional. Em seu conjunto, isso gerou grandes problemas de coordenação e direção no sistema de protesto, mas também uma grande capacidade de mobilização, conflito e negociação, assim como de aprendizagem coletiva e de

<sup>12</sup> Estes subsistemas especializados fazem referência, respectivamente, à Assembleia Geral, ao Espaço Civil das organizações não governamentais, à mobilização coletiva coordenada, às barricadas, aos coletivos de artistas e aos meios de comunicação ocupados. Sobre o Espaço Civil, consultar Bolos (2010). Sobre os meios de comunicação, ver Estrada Saavedra (2010).

<sup>13</sup> Uma lista grande, ainda que não completa, sobre os diferentes coletivos integrantes da APPO pode ser consultada em Martínez Vásquez (2007:69ss).

<sup>14</sup> O qual não significa que não se vinculem e, posteriormente, travem diálogos e negociações com os atores e organizações do sistema político.

inovação dos repertórios de protesto tanto nos espaços sociais como nos institucionais, que trouxeram grandes dificuldades aos oponentes do sistema de protesto (governos estadual e federal, contra-movimento local) para lidar com a APPO<sup>15</sup>.

## II

Ainda que por meio de uma teoria convencional poderia se observar as barricadas como mais uma ação dentre o repertório das ações coletivas da APPO<sup>16</sup>, neste artigo eu gostaria de assumir outra perspectiva para explicar a riqueza e importância do fenômeno. Com efeito, as barricadas - construídas massivamente pelos membros e apoiadores da APPO a partir de 21 de agosto de 2006 e durante o resto do conflito social e político daquele ano - podem ser entendidas como componentes de um *subsistema de segurança* da assembleia. Nas palavras de um professor e dirigente da Frente Amplia da Luta Popular (FALP), uma das grandes organizações populares que formaria a APPO:

"A partir do momento que ficamos todos na praça principal, brigadas e grupos paramilitares encapuzados começaram a

<sup>15</sup> Diante da aparente “desarticulação” entre as organizações sociais e populares integrantes da APPO ou da falta de uma direção comum reconhecida, parece que a imagem que mais convém à Assembleia é a do “rizoma” e não a de “sistema”. Essa observação poderia ser eventualmente válida somente se considerássemos um sistema social, como erroneamente se pensa que Talcott Parsons fazia, como um todo fortemente integrado concebido em termos de ordem e equilíbrio, no qual a troca e o conflito social estavam ausentes e onde os atores sociais não são senão portadores de funções sociais através do exercício de papéis específicos. A teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann não compartilha nenhum desses pressupostos. Ao contrário, descreve seus objetos de estudo de maneira radicalmente dinâmica e contingente. De tal sorte, a ênfase na integração e na estrutura sistêmica é deslocada pela análise dos processos autopoieticos, pela resolução modal de problemas (ainda que às custas da manutenção da estrutura do sistema!), pela auto-organização, pela improbabilidade da comunicação ou pela generalização de conflitos, por exemplo. As teorias convencionais da ação coletiva têm dificuldades para enfrentar um fenômeno como o da APPO, porque, partindo do conceito de *sujeito/ator*, estão orientadas a observar a unidade (identidade, consenso, etc.), que não encontram quando constatam a falta de lideranças e direção, um programa político e ideológico comum, a independência das barricadas das decisões das assembleias, etc.

<sup>16</sup> Tais como plantões, marchas, tomadas de edifícios públicos e privados, bloqueios viários, tomada de meios de comunicações, protestos simbólicos, “brigadas móveis”, missas, procissões político-religiosas, festas populares (Guelaguetza), sequestro e destruição de automóveis, incêndio de imóveis, diálogo e negociação com o governo federal e legisladores, etc. Sobre o conceito de repertório, ver Tilly (1978:143ss e 155ss) e Tarrow (1997:50ss, 65ss e 205 ss).

reprimir as pessoas fora da área do plantão e a agredi-las nos bairros. Começou um estado de sítio generalizado fora do plantão. Então foram convocadas [pela assembleia] as barricadas. Assim se construíram barricadas em todos os bairros e em todas as ruas para evitar que os grupos paramilitares passassem. Em outras palavras, o movimento tomou a cidade” (Entrevista com Gervacio García, 17 de abril de 2009).

Este subsistema cumpriu quatro funções para o “sistema de protesto” em seu conjunto: 1) a autodefesa da APPO frente às agressões físicas provenientes do governo de Oaxaca, que se davam através de grupos paramilitares e para-policiais organizados e financiados por este último, ou através da Policia Federal Preventiva (PFP); 2) a micro-auto-organização *local* dos membros independentes da APPO<sup>17</sup>; 3) a ocupação e controle espacial da cidade para instituir uma ordem social alternativa à existente: *a comuna de Oaxaca*; e 4) a definição de uma perspectiva de observação que identificaria os participantes das barricadas como “o povo”.<sup>18</sup>

Podemos qualificar o conjunto de barricadas erguidas como um subsistema no sentido de que seus componentes realizavam as mesmas funções e se comunicavam e coordenavam entre si, seja diretamente mediante telefones celulares, seja através dos meios de comunicação ocupados e auto-gestionados pela APPO. Por conta da complexidade da APPO, o subsistema de segurança operaria segundo decisões internas próprias, muitas vezes de maneira independente (e em algumas ocasiões, contrária) aos acordos da assembleia, como mais adiante veremos.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Por “membros independentes da APPO” devemos entender os *appistas* “não militantes” em alguma das organizações populares que compuseram a assembleia. O qualificativo “independente” é uma categoria que muitos entrevistados utilizam para referir a si mesmos e distinguir-se dos outros *appistas*.

<sup>18</sup> A observação é uma forma específica de operação de todo o sistema social que consiste em abrir mão de uma distinção através da qual poderá moldurar e tipificar a realidade. Deste modo, o mesmo a constrói para dotá-la de sentido e ganhar informações sobre esta. Sobre o tema, consultar Luhmann (2002: 141ss).

<sup>19</sup> Conceber a APPO como “sistema social” nos permite tratá-la através da perspectiva da sua complexidade sistêmica. Em termos teóricos, um sistema social é complexo quando os elementos que o compõem não podem estar vinculados diretamente entre si ao mesmo tempo. Quanto mais elementos contêm um sistema, maior será o numero de relações possíveis que podem ser travadas entre eles e em seu conjunto e,

## III

Ainda que a construção e expansão das barricadas em toda sua extensão teve início imediatamente após a destruição das antenas de transmissão da Corporação Oaxaquenha de Rádio e Televisão (CORTV) por parte de um grupo armado na madrugada do dia 21 de agosto de 2006<sup>20</sup>, antes disso haviam sido levantadas algumas barricadas ao redor da praça principal da cidade com o objetivo de proteger o plantão dos professores. Inclusive, 9 dessas barricadas se instalavam durante a noite.<sup>21</sup> Em certo sentido, o sistema de barricadas acabou se tornando uma extensão natural do plantão no centro de Oaxaca, já que foram construídas em seu entorno e nelas se realizavam praticamente as mesmas tarefas de ordem e vigilância que os sindicalistas haviam introduzido anos atrás como parte de seu repertório tradicional de mobilização gremial.

A forma semelhante de organização e funcionamento das barricadas, assim como a relativa rapidez com que adotaram aquela [tarefa de] ordem, é devido à grande experiência de mobilização do magistério oaxaqueño. Além disso, não podemos esquecer que muitos dos professores também eram membros de organizações populares distintas, por um lado, e habitantes destacados de bairros e comunidades, por outro, o que, em seu conjunto,

portanto, mais complexidade abrigará o sistema. A complexidade implica, então, a necessidade de realizar seleções para estabelecer e atualizar as relações entre os elementos sistêmicos. Neste caso, falamos de uma complexidade organizada, na qual nos é controlada diretamente por algum elemento central do sistema. Em outras palavras, um sistema social não pode atualizar e enlaçar todos os elementos em uníssimo. Por esta razão, os elementos do sistema adquirem certa “autonomia” deste, porque podem estabelecer ligações particulares e não hierarquicamente controlados e supervisionados, as quais abrem um âmbito de possibilidades de comunicação e ação atualizáveis tanto ao interior do sistema como no seu ambiente. Sobre o tema, consultar Luhmann (1987:45ss).

<sup>20</sup> Suas instalações haviam sido tomadas no início deste mesmo mês e eram utilizadas por grupos *appistas* para transmitir propaganda política e a programação do que se conheceria como *TV-APPO* e *Radio Cacerola*

<sup>21</sup> Os pontos altos dessas primeiras barricadas se encontravam no ex-convento de Santo Domingo e no Mercado Juarez (Ballesteros, 2007). Por outro lado, o uso das barricadas já havia sido ensaiado um ano antes em um conflito em San Bartolo Coyotepec, segundo relata Flavio Sosa, um dos oradores mais visíveis midiaticamente da APPO: “Nos anos anteriores, [nossa] povo estava votando pela oposição. Em 2005, como prelúdio de 2006, porque se levanta e estabelece as barricadas. Foi como um ensaio do que foi 2006; a gente se levanta, se incita, fecha a vila, estabelece barricada e não pára o movimento até que liberem os presos, uns participantes que tinham sido detidos arbitrariamente pela polícia (entrevista, 16 de abril de 2009).

facilitava a transferência do saber aos demais *appistas*. Efetivamente, a grande presença dos professores no território de Oaxaca, assim como sua estreita vinculação com a população local, urbana ou rural – para as quais assumiam, em muitas ocasiões, tarefas de liderança social como intermediários entre esta, o sindicato, as organizações populares e o governo –, contribuíram para ativar as redes sociais de cooperação para o sustento da infraestrutura material dos plantões e de algumas barricadas<sup>22</sup>.

Basicamente, existiram dois tipos de barricadas: enquanto que o primeiro estava destinado à proteção de espaços altamente simbólicos (a praça principal, a sede dos tribunais estaduais ou a Cidade Universitária, por exemplo) ou estratégicos para a reprodução e difusão do protesto (como as estações de televisão e rádio e suas respectivas antenas de transmissão), o segundo visava à segurança física dos membros e apoiadores da APPO em seus próprios bairros. Em ambos os casos, as respectivas barricadas interrompiam inevitavelmente as tarefas da vida cotidiana.

O conjunto de barricadas do primeiro tipo se caracteriza por sua grande extensão, permanência e participação contínua de *barricaderos*, enquanto que o do segundo tipo ocupava espaços mais reduzidos (como o quadrante de uma rua), envolvia uma menor quantidade de pessoas em seu funcionamento e operava desde o anoitecer até a manhã do dia seguinte para ser desmontada durante a maior parte do dia, de forma a restabelecer, de modo muito parcial, o fluxo de atividades cotidianas. Nas barricadas maiores e permanentes, como as de Cinco Señores ou as que protegiam edifícios públicos, se contava com um espaço para dormir, já que abrigavam grande quantidade de pessoas que estavam ocupadas, por turnos, nas distintas tarefas que garantiam o bom funcionamento da barricada. Também havia lugar para cozinhar, cadeiras e toldos para se proteger do sol. Todas as barricadas estavam equipadas com aparatos de rádio sintonizados com as estações radiofônicas ocupadas, celulares, fogo, tendas, cadeiras, mesas, abrigos e locais para esquentar comidas.

---

<sup>22</sup> Isto não significa, de nenhuma maneira, que as barricadas estivessem controladas e organizadas pelo magistério.

As barricadas mais seguras se encontravam no centro da cidade, devido ao fato de que o acesso a elas a pé era extremamente difícil para a polícia e para os automóveis das “caravanas da morte”<sup>23</sup>. Em contrapartida, as barricadas nas periferias estavam mais expostas à represália e às provocações dos grupos anti-appistas.

Nem todas as barricadas eram instaladas na mesma hora: umas eram feitas às 20h, como em Brenamiel, enquanto que outras eram feitas às 22h, como em Santa María<sup>24</sup>. O mesmo acontecia com a hora de desmontá-las: havia casos em que se desmontavam às 6h da manhã, e outros em que isso acontecia às 9h. Por sua vez, os turnos de guardas variavam também de barricada para barricada: em uma era um horário contínuo, e em outras os turnos duravam somente quatro ou seis horas para mantê-las frescas e descansadas.

No fim, a vantagem tática que a barricada representava para a APPO se baseava no conhecimento exato e detalhado que os habitantes tinham de seus bairros, comunidades, distritos e municípios, o que lhes permitiu assumir prontamente o controle do território e estabelecer os fundamentos espaciais de seu poder local.

Por sua vez, as barricadas se construíram com materiais variados: pedras, arbustos, troncos, sacos de areia, móveis deteriorados, cordas, arames farpados, colchões, tijolos, pneus, arames, papelões, lâminas, laços, plantas, estruturas de metal, tábuas, vigas de madeira e até automóveis e caminhões de transporte de passageiros ou mercadorias, que eram temporariamente

<sup>23</sup> “Se tratava de um comando de agentes de polícia com seu uniforme, que atuava de maneira conjunta com o resto dos comandos ulistas...estava integrado por: a)elementos uniformizados que eram agentes de polícia que atuam como força repressiva, b) policiais vestidos de civis, c) assassinos, paramilitares. Circulavam com mais de 52 caminhonetes, patrulhas e carros com vidros polarizados e sem placas, acompanhados de uma frota de motos e moto-patrulhas com homens vestidos de preto e com armas grandes e encapuzados. Usavam patrulhas de Cruz Rojas para abrir caminho, entrar nas barricadas e atacar...Hostilizavam, agrediam e passavam disparando tiros contra a população...a Procuradoria de Justiça do Estado nomeou este operativo de ‘operação limpeza’...” (Sotelo Marbán, 2008:115).

<sup>24</sup> As barricadas de Brenamiel e Santa María (em Exmarquesado) são umas das maiores por terem sido destinadas à proteção de antenas de transmissão de rádio e de instalações da CORTV, respectivamente.

confiscados. As pedras e outros objetos eram obtidos, muitas vezes, das ruas destruídas, do equipamento urbano e de alguns imóveis.

O sequestro, ou se se prefere, “apropriação temporária” de caminhões de passageiros e mercadorias havia se tornado um assunto tão cotidiano e, praticamente inevitável que os empresários e os *barricaderos* em muitos casos tiveram que chegar a um entendimento para benefício mútuo. Empresas de refrigerantes como a Coca-Cola, de cerveja como a Modelo ou a linha de ônibus estrangeira ADO aceitaram, ainda que resignadas, a requisição noturna de seus transportes para bloquear as ruas e avenidas em troca do compromisso de *barricaderos* de não danificá-los ou lhes entregar a mercadoria transportada.

“Os próprios donos ou empresários vinham por sua conta. Em cada barricada que isso acontecia, havia um deleite. Em Brenamiel, por exemplo, era a empresa de cerveja Modelo que às 6h da tarde mandava seus próprios motoristas com 1, 2, 3 ou até 10 transportes levarem os caminhões velhos [para as brigadas] para liberar os caminhões mais novos e caros. As vezes, os motoristas ficavam ali nos seus próprios ônibus ou caminhões e, na hora acordada, se retiravam para voltarem à tarde” (Entrevista com Eduardo Torres, CAMPO, 19 de junho de 2009).

#### IV

Do ponto de vista das autoridades públicas, as barricadas não eram senão a manifestação mais clara do caos e anarquia que imperavam em Oaxaca devido à mobilização contestatória dos *appistas*. Consequentemente, eles as consideravam espaços “fora da lei”, nos quais permanentemente a lei era transgredida. Entretanto, que tipo de ordem social se constituiu, sociologicamente falando, em torno das barricadas? Para além da primeira impressão de desordem que nos é passada ao observarmos ruas bloqueadas sem a presença da polícia e de quaisquer funcionários e trabalhadores públicos, o surpreendente é o processo de *micro auto-organização local* estabelecido pelos habitantes da antiga Antequera por toda a cidade. Efetivamente, a necessidade fundamental de proteger a vida frente às

investidas violentas de grupos parapoliciais obrigou os *appistas* a se organizarem para uma defesa. Disso, surgiu uma série de tarefas paralelas que demandavam realização cotidiana. Também, a lógica de cooperação cotidiana instituiu tanto mecanismos de deliberação e tomada de decisões coletivas, como também normas de conduta e operação e lideranças espontâneas e funcionais.

Como disse um participante na região de Brenamiel, “a barricada era uma questão de segurança...o principal era que não houvesse agressões por parte do governo” (entrevista com Fermín [pseudônimo], VOCAL, 21 de junho de 2009). Em torno dessa demanda se organizava seu funcionamento. Se se tratava de uma barricada vespertina, a vigilância era a tarefa fundamental. Para isso, os *barricaderos* formavam brigadas para realizar rondas. Naturalmente, o número de brigadas variava dependendo do tamanho da barricada, da área e dos objetos a serem protegidos (por exemplo, antenas de radio-transmissão). Porém a vigilância não tinha como objetivo somente detectar e neutralizar provocadores, matadores e caravanas da morte, mas também a delinquentes comuns. “Os bairros se organizaram [também] contra os ladrões e para proteger-se mutuamente” (entrevista com Guadalupe, mestra, 23 de junho de 2009)<sup>25</sup>.

As barricadas operavam como eclusas: controlavam o trânsito de pessoas e veículos. Isso exigiu a introdução de certas normas de operação para que os casos que se apresentavam cotidianamente pudessem ser resolvidos de forma mais eficiente e padronizada. Na barricada de *Periférico*, relata um entrevistado,

“quando se aproximavam carros suspeitos, acenávamos com lanternas para pedir que [os motoristas] descessem [para revistá-los]. Havia algumas normas para passar, por exemplo: que ficassem um pouco afastados das barricadas, que apagassem as

<sup>25</sup> Em um primeiro momento, a ausência de polícia na cidade criou uma situação favorável para a delinquência. Em alguns bairros da cidade, ainda hoje, é possível ver faixas com os dizeres “Estamos te observando, ‘ladrão’. Habitantes unidos contra a delinquência. Não se arrisque”. O visual dessa faixa inclui um desenho de um roedor no canto superior direito e de um par de ladrões no canto inferior esquerdo. Ambos os desenhos se encontram no interior de um círculo vermelho dividido por uma linha diagonal da mesma cor e como se costuma ter nos letreiros de proibições.

luzes [dos faróis dos carros] e acendessem as luzes de dentro e descessem. Se não havia problema, eles poderiam seguir. Às vezes também havia dificuldade. Por exemplo, alguns habitantes bêbados que se portavam de maneira arrogante, já que acreditavam em tudo que lhes era dito na televisão [contra a APPO]. Nós trabalhávamos para lhes explicar que [a barricada] não era senão proteção da gente, que estávamos em um estado de sítio, que haviam assassinos soltos, que era para nossa proteção, e então nos entendiam" (Entrevista com Elías [pseudônimo] membro do Bloque Negro Libertario, 18 de novembro de 2009).

Em termos sociológicos, as normas têm função de gerar reciprocidade e certeza na interação social. Neste sentido, elas recaiam não somente aos *barricaderos*, mas a todos aqueles que entravam em contato com a ordem social instituída por eles. Assim, todos sabiam que, a partir de certa hora, era impossível circular por determinadas ruas. Como já apontado acima, era comum "apropriar-se" de caminhões de passageiros ou cargas para reforçar as barricadas. Neste caso, conta um *barricadero* da região de Brenamiel: "aos motoristas era dado um documento, com o qual lhes outorgava uma permissão para transitar livremente durante dois dias sem que fossem novamente parados pela mesma barricada ou em outro lugar". Com os cidadãos havia certa consideração prevista também normativamente. "Aos habitantes era dado um documentos que lhes permitia passagem até a meia-noite; porém, da meia-noite ate às 6h da manhã, já não podiam entrar. De imediato lhes dizíamos não" (entrevista com Fermín [pseudônimo], VOCAL, 21 de junho de 2009).

Junto a esta normatividade operativa constituída para garantir o bom funcionamento das barricadas, existia outra cuja função consistia em garantir o bom comportamento dos atores. Assim, nas barricadas, era proibido o consumo de álcool ou drogas. Isso também era estabelecido para o caso de Cinco Señores, uma das barricadas, segundo os próprios *appistas*, mais "anárquicas e problemáticas". Aliás, vale ressaltar que na referida barricada frequentemente se infringia a norma devido à participação majoritária,

sobretudo durante as noites, de estudantes, jovens e “meninos de rua”, que aproveitavam a ausência de autoridades (e inclusive de adultos) para este fim. “Eu era o mais correto possível, e não mais que duas vezes em toda [a minha participação na] barricada de Cinco Señores eu tomei alguma coisa; sabia que o melhor era estar sóbrio e bem [alerta]”(entrevista com Elías [pseudônimo], Bloque Negro Libertario, 18 de novembro de 2009).<sup>26</sup>

Pode parecer paradoxal o fato de que na APPO se buscava manter uma luta social e política “dentro da lei” para assim evitar a associação, como acontecia constantemente com o governo estadual, com o crime organizado e com a delinquência ou com a guerrilha do Exercito Popular Revolucionário (EPR), sendo, por isso, penalizada a prática da corrupção. O seguinte testemunho é muito eloquente a esse respeito.

“[Em algumas situações, haviam condutores que resistiam à tomada de seu veiculo]. De fato, sempre havia uma tentativa de suborno; te diziam: “te dou o tanto dinheiro [que você quiser] e você me permite passar”. Na verdade, houve pessoas que aceitavam que lhes dessem dinheiro, inclusive professores. Porém, como nós sempre estávamos alertas e vendo o que faziam, devولvia-se o dinheiro e, como castigo, retinha-se com o caminhão por mais tempo. [Os que aceitavam o suborno], eram reprimidos; dizíamos que não era isso que tinha que ser feito. De fato se dava uma multa, se poderia dizer, e uma conta para ser paga. Esta era usada [nos gastos] de comida, alimentação, água, pratos e compras básicas.” (entrevista com Fermín [pseudônimo], VOCAL, 21 de junho de 2009).

Dentro do que aqui foi denominado de normativa de bom comportamento estão inseridos os casos de “justiça popular” que demonstram as formas pelas quais os *appistas* buscaram efetivar sua ordem social.

---

<sup>26</sup> Inclusive, há apontamentos de que essa barricada se converteu em um centro de distribuição de enervantes (trabalho de campo, junho de 2009). A respeito, ver também o testemunho de David Venegas, (a) *El Alebrije*, sobre a barricada de Cinco Señores, também conhecida como *Rebelde Antequera*, em Monter (2007:199s).

"Aconteceram muitos casos [de delinquência comum ou de infiltrados]; inclusive um muito famoso, que aconteceu na avenida Ferrocarril, e que rendeu um prêmio a um fotógrafo do *El Universal*. A comunidade o deteve e o amarrou em um poste de luz. Quando chegamos [os membros da equipe de segurança da APPO]<sup>27</sup>, por mais que falássemos com os companheiros do bairro, nos diziam 'nos desculpem, mas essas pessoas não entendem'. Bateram nele somente para detê-lo e o amarraram e ali o deixaram. Nós tentamos fazer que eles o soltasse, mas nos disseram 'nos desculpem, mais tarde o soltamos; mas de acordo com as regras do bairro, não podemos acatar seus pedidos neste momento'"(entrevista com Jorge Chávez, Comuna Oaxaca e conselheiro da APPO, 8 de junho de 2009).

Tal citação torna explícito o que foi anteriormente mencionado de como as operações de um subsistema são orientadas independentemente conforme suas funções internas próprias que, muitas vezes poderiam ir contra os acordos da assembleia. Com efeito, como mais adiante veremos, a APPO fez o chamado geral para o levantamento das barricadas; estas, não obstante, funcionaram e se governaram segundo suas próprias decisões e respondendo à necessidades e contingências diversas.

"Se deu um fenômeno em alguns bairros pelo qual as pessoas somente seguiam as regras de sua barricada: 'cobramos ou não?, deixamos passar ou não?, deixamos [a vigilância] indefinidamente ou somente durante a noite?'. As pessoas começaram a estabelecer suas próprias regras do jogo. As organizações sociais já não podiam nem sequer operar [e intervir] nesses bairros. Então, [as pessoas] chegavam nas assembleias e diziam [às organizações sociais] que eles estavam cobrando nas barricadas; e estes contestavam e diziam que não era eles, e sim as pessoas que

---

<sup>27</sup> O tema da "equipe de segurança" da APPO e sua relação com as barricadas será tratado mais para frente.

tinham tomado o controle" (entrevista com Miguel Ángel Vásquez, EDUCA, 4 de abril de 2009).<sup>28</sup>

Para finalizar o tema da segurança, basta mencionar que nas barricadas onde ocorriam mais conflitos entre *appistas* e forças policiais e paramilitares, a defesa também se dava com o apoio de pedras, projéteis e de bombas caseiras fabricadas (coquetel molotov).

O micro processo de auto-organização local pressupôs uma primeira etapa de aprendizagem coletiva. “[A princípio], estávamos totalmente dispostos” - conta Socorro ao se referir à história da barricada em Santa María - “porém como [ainda] não havia organização, as coisas saíram de maneira espontânea. (entrevista coletiva com habitantes de Santa María, 19 de novembro de 2009). Com o passar dos dias, a espontaneidade cedeu espaço para uma maneira mais sistemática de fazer e designar as tarefas. “[Por isso]”, afirma Graciela, “criaram-se ‘enlaces’ [comissões] para trazer a informação que reuníamos e que, depois, era difundida (entrevista coletiva com habitantes de Santa María, 19 de novembro de 2009). Entre as comissões criadas estavam as de cozinha, transporte, higiene, comunicação, compra de alimentos e, naturalmente, de vigilância com as guardas e rondas.

Este processo de auto-organização acontecia concomitantemente ao processo de estabelecimento de mecanismos coletivos de deliberação e tomada de decisão em cada barricada. Em termos sociológicos, no interior da APPO ocorreu uma diferenciação segmentária, graças a qual em cada região *appista* foram criaram assembleias de moradores para discutir e decidir cursos de ação. “A barricada de Brenamiel se organizava por voto múltiplo. Eram feitos acordos entre habitantes e professores; e, então, era garantido tudo que tanto os professores quanto os habitantes haviam dito, pois todas as pessoas podiam participar como em uma sociedade democrática. (entrevista com

<sup>28</sup> Do relato dessas entrevistas não se deve concluir que, em algum momento e em geral, as organizações populares definiam e controlavam as barricadas; entretanto, como parte dos acordos das assembleias, estavam obrigadas a enviar contingentes para resguardar repartições e edifícios públicos ocupados, somando-se, aos habitantes que participavam dos plantões e barricadas nesses lugares. Por obvio, não faltaram tentativas de sua parte de recrutar os barricaderos e impor sua liderança.

Fermín [pseudônimo], de VOCAL, 21 de junho de 2009). Deste modo, nas barricadas se configuravam esferas de “vida política autônoma” (John Keane, 1992 e Estrada Saavedra 1995:105ss), que contribuíam com os debates políticos que eram levados a cabo na assembleia da praça principal de Oaxaca. Junto dos meios de comunicação controlados pela APPO, das reuniões depois das marchas, das assembleias nos plantões ao lado dos prédios públicos tomados, as barricadas formavam parte, enquanto sistema de interação cara a cara, de um circuito interno de comunicação da APPO em que se discutiam todo o tipo de propostas e projetos.<sup>29</sup>

A organização e funcionamento das barricadas seriam impensáveis na forma em que se deram sem a estreita relação que estabeleceram com os meios de comunicação tomados pela APPO, em especial as rádios<sup>30</sup>. Como já apontado, a implantação massiva de barricadas em Oaxaca se deu a partir do ataque armado parapolicial às instalações das antenas de transmissão do Canal 9 da CORTV. O agravamento da violência em agosto de 2006 exigiu uma resposta defensiva rápida por parte da APPO. “Pela rádio começou a ser dito: ‘a polícia está vindo e estamos desprevenidos. Façamos as barricadas!’ Não foi preciso que se difundisse muito essa ideia para as pessoas saírem de suas casas, pegar as coisas e fazer as barricadas. Era somente necessário que alguém indicasse a direção para que as pessoas as fizessem.” (entrevista com Miguel Ángel Vásquez, EDUCA, 4 de abril de 2009).

Com efeito, as rádios se converteram no meio de comunicação de alcance *virtual* com a APPO, tanto com sua “organização formal” (direção provisória e assembleia geral) como com o resto dos *appistas* dispersos nas regiões de Oaxaca. Assim, por um lado, as pessoas se informavam do que se discutia na assembleia na praça principal e seguiam as diretrizes e os cursos de ação difundidos nas transmissões. O seguinte testemunho exemplifica muito bem este ponto

<sup>29</sup> Por falta de espaço, não posso me ocupar neste texto das formas de participação nas deliberações coletivas nas assembleias dos *barricaderos*, as diferentes estratégicas de influência de alguns setores (como os professores ou os anarquistas) ou as relações de poder em seu interior (inter-geracionais ou entre homens e mulheres). Estas e outras questões a fins merecem um tratamento mais amplo e detalhado.

<sup>30</sup> Sobre os meios de comunicação ocupados, ver Zires (2009) e Estrada Saavedra (2010).

"Em Atzompa, havia uma barricada de idosos, de mulheres do povoado, a qual os jornalistas estrangeiros fotografaram muito. Você vê as mulheres submissas, que passaram a vida acordando às 4h da manhã para fazer *tortillas* quentes e atole para seu marido. No fim do primeiro dia, quando elas estavam indo embora, lhes perguntaram 'o que estão fazendo?'. E elas responderam, 'estamos fazendo fumaça com folhas verdes, porque acabam de dizer isso na rádio'. E com efeito, na rádio, em meio a impotência, Antonio [pseudônimo] disse naquela noite: 'façam fumaça com folhas verdes, porque a fumaça branca obstrui a visibilidade de qualquer avião.' (entrevista com Carmen, professora e ex-conselheira da APPO, 23 de junho de 2009).

Por outro lado, através da rádio os *barricaderos* se comunicavam pediam ajuda ou ofereciam auxílio.

"[O trabalho da Rádio Universidade] era um pouco desorganizado, porque havia emergências [para serem atendidas]. [Por isso] se cortava [toda a programação], sobretudo no momento que ue as barricadas começaram a ser feitas. [Assim, recebíamos ligações e mensagens como:] 'temos que defender tal barricada', 'temos que reforçar não sei o que', 'os companheiros professores que estão na câmara de deputados não têm comida'. Todas as emergências chegavam ali e eram anunciadas na radio..." (entrevista com Conchita, professora, 20 de junho de 2009). Acompanhar as transmissões de rádio também servia para o monitoramento das investidas dos matadores do governo. "[Em Rosario] sabíamos pela rádio que [estavam rondando por ali], pois diziam 'Águas! Estão vindo as caravanas da morte'" (entrevista com Pablo [pseudônimo], catequista, 16 de novembro de 2009).

Além do intercâmbio de opiniões que as deliberações das assembleias das barricadas permitiam, existiam mecanismos de comunicação internos que facilitavam as interações coordenadas. Os mais simples eram os apitos e foguetes, que praticamente qualquer barricada utilizava. Com efeito, os apitos das barricadas durante as rondas indicavam pedidos de auxílio ou alerta. Por

sua vez, o primeiro estouro de um foguete demonstrava alerta; o segundo, a proximidades dos provocadores e agressores; e o terceiro, que já estava acontecendo um confrontamento ou um ataque. Outros meios mais sofisticados eram os telefones celulares,<sup>31</sup> *walky-talkies*, megafones e sistemas de som. Em barricadas como as de Brenamiel, por exemplo, havia até três equipes com telefones celulares para contato exclusivo com a equipe de segurança da APPO e dos professores (a POMO ou Policia Magisterial Oaxaquenha) e com as estações de rádio nas mãos da APPO.

## V

A radicalização das ações da APPA, incluindo a formação das barricadas, foi contestada pelo governo estadual com o que se conheceria, mais tarde, como o “Plano de Ferro<sup>32</sup>”: uma estratégia para acabar com a assembleia por meio de ações hostis furtivas e punitivas de grupos parapoliciais que disparavam para matar *barricaderos* e manifestantes (sobre o tema, ver Martínez Vásquez, 2007:106ss). Lamentavelmente, estes grupos de choque conseguiram assassinar várias pessoas. Antes da destruição das antenas de transmissão do Canal 9 da CORTV, o saldo do conflito era de 7 vítimas da violência política. A partir de 22 de agosto até 8 de dezembro, foram executadas mais 16 pessoas.

Considerando o que foi exposto anteriormente, fica mais fácil entendermos a função e operação das barricadas. Com efeito, através de uma clara delimitação de território, as barricadas estruturam o espaço urbano e social. Dessa forma, tomada como um elemento que forma um subsistema especializado da APPO, cada barricada demarca um espaço traçando a distinção “espaço seguro/espaço não seguro”. No interior do “espaço seguro” se pretende controlar os eventos do entorno: agressões e trânsito de pessoas e veículos, tendo em vista maximizar a segurança dos *barricaderos*.

A violência disseminada pelos grupos parapoliciais e paramilitares do governo oaxaqueño tinha finalidade de desmobilizar os *appistas* por meio do

<sup>31</sup> Exemplos do tipo de mensagens SMS que circulavam entre os *appistas*, se encontram em Ballesteros (2007)

<sup>32</sup> No original em espanhol, “Plano de Hiero”

terror. O medo e o terror atomizam, como diria Hannah Arendt (1999), destruindo a capacidade de atuar em conjunto, que é a condição de gerar comunicativamente poder e espaços públicos. Neste sentido, as barricadas apareciam justamente como espaços em que se buscava contrapor o medo através da solidariedade, da confiança e proteção física dos *barricaderos*.

“Eu como mãe me preocupava que minha filha fosse à barricada, porque desejava protegê-la. [Qualquer um] sabia que podia ir à barricada e não regressar... Passávamos toda a noite na barricada e quando eram 4h ou 5h da manhã, dizíamos ‘acho que os assassinos não virão’. [Isso significava que] havíamos sobrevivido todo aquele dia! E o mesmo se repetia na noite seguinte. Somente a força e o sentimento coletivo te faziam ficar ali” (entrevista com Carmen, professora e ex-conselheira da APPO, 23 de junho de 2009).

O clima de medo não era fomentado exclusivamente por ações das “caravanas da morte”; também contribuíam para isso os rumores que diziam “vai entrar em Oaxaca a PFP” e a contra-ofensiva midiática do governo do estado a partir da operação clandestina e ilegal *Radio Cidadania*. Efetivamente, na medida em que os meios de difusão pró-appistas se revelaram como um poderoso fator local de formação de opinião pública e mobilização contestatória, o governo estatal não desperdiçou tempo nem esforços para desqualificá-los e censurá-los de diferentes maneiras. Inclusive, no final de outubro foi colocada em operação de maneira clandestina e ilegal a *Radio Cidadania* e a página na internet “*oaxacaenpaz*”. Estas criminalizaram o movimento e convocaram ouvintes e internautas a denunciar líderes e membros da APPO, a agredí-los e até eliminá-los fisicamente. Para isso, tornavam públicas suas fotografias e endereços residencial e comercial, assim como o nome de seus familiares. Com um discurso racista e classista orientado para provocar o ódio, estes meios caracterizavam os *appistas* de “criminosos, terroristas, mal-vividos, índios, sujos e feios”. De acordo com esses meios, todos eles mereciam ser assassinados para que os “autênticos” e “bem nascidos” oaxaquenos e demais “cidadãos exemplares” pudessem viver por

fim em paz e ordem (ver Martínez Vásquez, 2007:96, 105s e 180s; Beas Torres, 2007:174s; e Méndez et AL, 2009:147s). Em consonância com o colocado acima, podemos ler o seguinte testemunho:

“As vezes escutávamos a Radio Patito [ou seja, a Rádio Cidadania]”, narra Soledad, “para saber o que diziam os *priistas* e o que o governo estava fazendo.<sup>33</sup> Assim escutávamos que alguns habitantes de Santa María denunciavam alguns dos que estavam nas barricadas. Tratava-se de uma forma de intimidação. Por isso, sim chegamos a sentir medo quando a PFP começou a fazer buscas nas casas de maneira ilegal e arbitrária” (entrevista coletiva com habitantes de Santa María, 19 de novembro de 2009).

Por outro lado, a distinção espacial “seguro/não seguro” se desdobra, continuando na mesma lógica, em uma distinção simbólica: “nós/eles”, que expressa, politicamente, as oposições entre os rivais do conflito: “o povo” versus o governo estadual (capitalista, neoliberal, imperialista), o *appista* versus *priistas*. Toda outra identificação será absorvida e subordinada a esta no conflito. O seguinte testemunho é bastante eloquente a respeito e, além disso, permite perceber quão plásticas e mutáveis podem ser essas distinções simbólicas:

“O senhor Ángel”, relata Armando, “é um comerciante da região que todos conhecemos. No começo nos apoiou fortemente em diferentes coisas; porém, quando entrou a PFP, vários companheiros foram até ele comprar coisas e ele negou.<sup>34</sup> Quando Policia Federal Preventiva entrou, colocou seu rádio no volume mais alto [sintonizando] a Radio Patito [ou seja, a Rádio Cidadania], que atacava o movimento. A rádio convidava a denunciar os que estavam nas barricadas para nos invalidar...aqui,

<sup>33</sup> A denominação “priista” não implica que os assim designados foram, necessariamente, membros ou simpatizantes do Partido Revolucionário Institucional. Pela perspectiva dos *appistas*, tal denominação engloba os opositores da assembleia ou aqueles que, por diferentes razões, não os apoiam.

<sup>34</sup> Certamente Coca-Colas, vinagres, trapos e demais elementos para os confrontamentos com a polícia.

os *priistas* colocavam seus rádios no volume mais alto para nós escutarmos como, em outras regiões, as pessoas que estavam participando do movimento eram executadas. Então Ángel era uma das pessoas aí que colocava em sua loja de conveniência seu rádio no último volume como que para nos dizer ‘aqui estamos deste lado, e vocês estão do outro’”<sup>35</sup> (entrevista coletiva com habitantes de Santa María, 19 de novembro de 2009).

## VI

A qual ordem social e projeto político estava submetida a experiência dos *barricaderos*? Além dos aspectos jurídicos e políticos estritos, a luta em torno da “ingovernabilidade”<sup>36</sup> ou não do estado de Oaxaca expressava o conflito social em torno do restabelecimento da ordem de dominação ou sua mitigação.<sup>37</sup> Neste sentido, a lógica das barricadas implicava, justamente, interromper a reprodução da dita ordem construindo uma ordem alternativa. Esta última foi expressa no imaginário social<sup>38</sup> da *Comuna de Oaxaca*<sup>39</sup> e na pretensão de instaurar um governo popular.

<sup>35</sup> A distinção simbólica “nós/eles” tem que ser entendida aqui, em primeiro lugar, como uma distinção operativa do subsistema visando à (auto)observação mediante o traçado de diferenças em uma forma (como exposto na seguinte seção), que permitem a conexão com operações anteriores (objetivas, sociais e/ou temporais) e, em segundo lugar, como parte da estrutura que possibilita a “identidade” do sistema de protesto (de acordo com a diferença sistema/ambiente, a sua autopoiese e em termos de oposição destinatário do protesto e/ou responsável das “causas” que a originaram). Por razões de espaço, não posso me ocupar do tema da “identidade” da APPO como sistema de protesto.

<sup>36</sup> A declaração de “desaparecimento de poderes” em Oaxaca por parte do Senado da República, de acordo com o artigo 76 (Seção V) da Constituição Política Mexicana, significou a deposição de Ulises Ruiz Ortiz de suas funções de governador, a designação de um governador provisório e a convocação de eleições estaduais para restaurar a ordem constitucional. Contudo, em 19 de outubro de 2006, a Comissão de Governo do Senado declarou “improcedente” a demanda da APPO. Com isso, a solução político-institucional do conflito foi definitivamente abolida.

<sup>37</sup> Utilizo o conceito weberiano de “ordem de dominação” inspirado em Bailón Corres (2002), que fala, além disso, de “sistema regional de conflito”

<sup>38</sup> Uso o conceito de “imaginário social” seguindo Cornelius Castoriadis, ou seja, como a capacidade social de criar o radicalmente novo ou como a possibilidade de inovação no domínio sócio-histórico que se expressa em instituições (linguagem, valores, normas, instrumentos, formas de comportamento e ação, de fazer coisas, de construir indivíduos e relações entre eles, de pensar e sentir, etc.). Sua contrapartida conceitual é o imaginário social instituído, ou seja, a reprodução e repetições das formas

Por um lado, o objetivo de instituir um governo popular surgiu da necessidade da APPo de assumir *de fato* tarefas de governo diante da ausência e inoperância do executivo estadual. Dessa forma, a assembleia foi pensada como seu órgão de direção, que demandaria normas para poder funcionar organizada e efetivamente. Diante dessa situação, algumas das organizações não governamentais integrantes do Espaço Civil

“sugeriram a elaboração de patrulhas municipais e de polícia. [Estas] se desenharam, mas nunca foram discutidas a fundo na APPo e por isso não puderam operar...[Diante de diversos eventos, como a adjudicação da justiça, que requeriam uma resposta imediata para solucioná-los corretamente], percebemos que um governo popular tinha que enfrentar situações cotidianas, mas que não havia nem uma preparação nem as normas nem as pessoas que aplicariam algum tipo de sanção (entrevista com Miguel Ángel Vásquez, EDUCA, 4 de abril de 2009).

Por outro lado, as condições que possibilitaram a expressão do imaginário social na forma da comuna, nós as encontramos em dois elementos, somente num primeiro momento, antagônicos: a festa e a morte. Com efeito, por um lado, a tensão do conflito social e político, assim como as ações repressivas e punitivas de grupos parapoliciais, produziram um clima de nervosismo, incerteza, angustia, dor, medo e terror. Apesar disso e antes e depois dos momentos de máximo perigo, os *appistas* conseguiram impor um

---

anteriormente criadas visando à regulação da vida social. Sobre o tema, consultar Castoriadis (1989, 1995, 2001). Por certo, a teoria dos sistemas sociais não é estranha ao tema da “criação”, como é demonstrado pela importância que têm os conceitos de autopoiese, auto-organização, autonomia ou contingência, para mencionar alguns conceitos que também fazem parte do acervo de noções da filosofia sociopolítica de Castoriadis. Uma das razões profundas desta comunidade de ideias encontra-se no repúdio compartilhado à ontologia metafísica tradicional. Este não é o lugar mais adequado para fazer, mas sem dúvida alguma convém estudar, não obstante, com mais detalhamento, as convergências e diferenças entre Luhmann e Castoriadis visando ganhar um conceito do político adequados às mobilizações contestatórias dos sistemas de protesto, processos e organizações possibilidades a comunicação política com uma realidade autônoma nas sociedades funcionalmente diferenciadas.

<sup>39</sup> Sobre a comuna de Oaxaca pela perspectiva dos “libertários”, ver Monter (2007), Gijsbers (2007), Wahren e García Guerrero (2008) e Iriate (2009)

ambiente festivo e, inclusive, familiar nas barricadas. Efetivamente, ao calor da fogueira, bebendo café, chocolate ou refresco e comendo algum sanduiche, se conversava e se vigiava, enquanto as crianças jogavam despreocupadamente; às vezes se dançava e cantava com o acompanhamento de violões e palmas como uma forma agradável de passar o tempo e, portanto, de esquecer o medo. “A barricada era uma festa; estar nela era uma festa...por isso eu gosto do termo ‘comunalidade’, porque eu o vivi plenamente aí” (entrevista com Adela [pseudônimo], advogada, 23 de junho de 2009).

Entretanto, a experiência da barricada bem pode qualificar-se como radical na medida em que o que estava em jogo era, literalmente, a vida<sup>40</sup>. O perigo e a morte vividos permanentemente atrás das trincheiras estreitaram

<sup>40</sup> A presença e a arbitrariedade da violência política – ou, como prefere Víctor Raúl Martínez Vásquez, o “terrorismo de estado” (2007) – pode ser observada no seguinte testemunho de Carmen Marín García, cujo marido, Alejandro García Hernández, pintor e rotulista de profissão e pai de três meninos de 20, 18 e 14 anos, foi assassinado “pelos matadores de Ulisses Ruiz Ortiz”, na barricada de Símbolos Pátrios na madrugada de 14 de outubro de 2006. “Tudo começou quando nos bairros, por falta de segurança, as pessoas começaram a fazer suas barricadas e para evitar que os policiais entrassem na praça principal para expulsar os professores, que demandavam o que lhes pertencia. Um dia meu marido me disse: ‘nós estamos aqui [em casa] descansando [enquanto que] essas pessoas estão se arriscando nas barricadas. Porque você não faz uma garrafa de café para levarmos a eles, já que de madrugada o cansaço vence?’ Assim levamos uma garrafa com café e pão aos que acabaram sendo os habitantes das regiões Alemán, Reforma Agraria e Eliseo Jiménez Ruiz. Durante um mês e meio levamos café ou atole de aveia com pão a cada três dias. Em 14 de outubro, fizemos o mesmo para os amigos das barricadas. Eu estava com sono, mas meu marido me convenceu a ir junto. Assim, a 1h da manhã dividimos o café e conversamos com as pessoas. Às 2h30 da manhã, já estávamos indo para casa. Nos despedimos e dando a volta na esquina, de repente escutamos o som de uma sirene de um ambulância. Meu esposo me disse então: ‘vou me encarregar da passagem da ambulância’. Eu disse que não era preciso porque na barricada tinham mais pessoas que poderiam fazer aquilo. ‘Mas vamos dar uma força às mulheres, que estão sozinhas’, me disse. Dessa forma, ele voltou e eu fiquei parada. Então vi que uma caminhonete, que tinha há pouco tempo estacionado ao lado de um bar, entrou na frente da ambulância, saltou na barricada atirando e gritando ‘Viva Ulises Ruiz, seus desgraçados!’. Eu me encostei na parede, e pensei que meu marido tinha feito o mesmo. A caminhonete vermelha, de cabine dupla, [dirigida por] quatro pessoas que riam, passou em alta velocidade. Então fui correndo e encontrei meu marido no meio da estrada se afogando em seu sangue...[Por fim, Alejandro morreu, mal atendido, no hospital]. Eu clamo justiça, porque isso não pode ficar assim; o que acontece com os mortos, os desaparecidos, os encarcerados que não têm emprego? Por isso, eu exijo justiça para meu marido e para os demais.” Cfr. “172, 57:04 Carmen Marín, esposa de Alejandro (entrevista), como morreu seu marido” em ORIG./170/171/172/173/174/175 C-032 (viodegravação em formato VHS). Fonte: Ojo de Agua. Caixa de arquivo nº 018 “Oaxaca 2006/movimiento”, s/f

os laços entre os *appistas* e geraram um forte sentimento de comunidade. Isso se manifesta muito bem nos seguintes testemunhos:

“No movimento, o que acontecia com um companheiro me importava” (entrevista com Adela [pseudônimo], advogada, 23 de junho de 2009).

“Uma das características do movimento foi a solidariedade”, afirma Gracia. “Todos queríamos participar...A solidariedade veio por todos os lados na região. Até para cozinhar havia dinheiro [agradecimentos] à vontade para todos” (entrevista coletiva com habitantes de Santa María, 19 de novembro de 2009).

“Para transformar a realidade de Oaxaca, temos que nos basear em nossas próprias culturas. Isso é também um ensinamento do movimento; aqui as pessoas participaram e o espírito desse movimento é muito o espírito comunitário. Assim se explicam as barricadas a permanência nos plantões, a solidariedade...Se construía uma comunidade na barricada, no plantão, na marcha, em todas as atividades (entrevista com Flavio Sosa, Comuna de Oaxaca, 16 de abril de 2009).

Porém, não só a solidariedade alimentou o imaginário social da Comuna de Oaxaca entre os *appistas*; também o fizeram a “igualdade”- “Algo que caracterizou este processo...é que todo mundo se sentia importante e que nós nos víamos como iguais. Este movimento não foi exatamente guiado e conduzido por dirigentes” (entrevista com Carmen López, professora e ex-conselheira da APPO, 23 de junho de 2009) – e a “pluralidade” – “[A APPO] era um movimento popular amplo, no qual não colocamos barreiras ideológicas para aceitar ou não um determinado grupo, já que o [movimento] era de todos e nele cabiam todas as formas de expressão” (entrevista com Guadalupe, professora e ex-conselheira da APPO, 23 de junho de 2009) -.

A *Comuna de Oaxaca* adquiriu, por essas razões, dimensões de utopia social. Isso é muito explícito entre os jovens *barricaderos* no contexto de chegada da Policia Federal Preventiva (PFP), que havia entrado na capital oaxaqueña ao final de outubro de 2006 com o intuito de colocar um ponto

final ao conflito. Com efeito, para os *barricaderos*, combater e reduzir a PFP era um imperativo, porque, segundo suas perspectivas, o que estava em jogo era, nas palavras de um deles

“a necessidade de que [a luta] desembocara em algo mais profundo, mais radical, em outra coisa , que, por certo, já estávamos construindo com o poder popular, como a segurança por meio das barricadas, a operação das rádios [ocupadas], a recuperação da solidariedade entre as pessoas, a participação das mulheres, ou seja, questões talvez pequenas mas que começaram a modificar as coisas. O que quero dizer com ‘mais profundo’? Materialmente talvez em um governo eleito pela própria população, que pudesse manter o espaço ocupado e lhe dar vida em um sentido distinto, ou seja, de fortalecer e dar vida às relações de solidariedade, respeito e reconhecimento. Me lembro de uma senhora que saiu perto da Cidade Universitária e disse: ‘vim ajudar’. Vinha acompanhada de seus filhos que diziam a ela para não ir a diante. E ela lhes respondia: ‘não, eu quero ajudar’. E não íamos dizer a ela que não ajudasse porque ela estava convicta disso. Todas as senhoras que estiveram ali foram como a materialização de algo que existia desde antes. [Tudo isso manifesta] a construção de algo distinto, algo novo que vem se modificando [no dia a dia e que trata de] recuperar a história de luta contra o existente: o capitalismo” (entrevista com Anselmo, *barricadero* e locutor da Radio Universidade, 24 de setembro de 2008).

As palavras anteriores explicam o entusiasmo com que foi celebrada, primeiro, a derrota da PFP na “batalha” de 2 de novembro, e depois, a importância (quase desmesurada, poderia pensar um observador externo) que foi outorgada hoje em dia pelos *barricaderos* a este feito, porque, em sua memória e suas expectativas, tudo isso revelava a possibilidade de que, sim, era possível “vencer o sistema” e construir “algo novo”, algo que eles mesmo

presenciaram, viveram e construíram cotidianamente nas barricadas junto com “o povo”: a instituição do imaginário social na forma da *Comuna de Oaxaca*.

Graças a constituição multi-setorial da APPO, as experiências políticas básicas da solidariedade, da igualdade e da pluralidade foi possível configurar o discurso do “povo” como o agente do protesto e transformação social e política. Porém, o que entendem os *appistas* por “povo”? Os seguintes fragmentos de entrevistas nos dão uma ideia clara disso:

“Eu entendo o povo, mais que como um povo índio ou indígena, como todo aquele que sofre, que está esquecido, os que nunca são levados em consideração, os que têm seus direitos pisoteados, ou seja, o que por direito lhe deve mas nunca lhes é entregue. Eu sei que dentro de mim tenho o sentimento de dizer que meu povo está sofrendo e que eu também sou parte desse povo que sofre, que às vezes anda nas ruas e não tem o que comer, que não tem calçados, que não tem educação, não tem saúde” (entrevista com Cuauhtémoc [pseudônimo], membro do Bloco Negro Libertário, 18 de novembro de 2009).

“Para mim, ser povo significa se identificar com a outra pessoa, porque há um sistema que nos oprime. Então somos povo porque somos os marginalizados, os pobres, os esquecidos (entrevista com Elías [pseudônimo], membro do Bloco Negro Libertário, 18 de novembro de 2009).

A noção de “povo” substitui, semanticamente, a de “classe social” (o proletariado), porém, essencialmente, assume a mesma função discursiva: a postulação de existência de um sujeito coletivo em conflito com o outro visando à superação um sistema de dominação. O anterior contribuiu para geração de uma “perspectiva de observação” dos *barricaderos* a partir do qual construíram e interpretaram a realidade do conflito. Entretanto, ainda que, em princípio, o “povo” serviu como uma diferenciação operativa da (auto) observação do subsistema de segurança (ou seja, esta distinção diretiva

definiu o que se podia ou não ser observado e, em consequência, os modos de processamento da informação assim adquirida), isso não impediu que ela se convertesse mais adiante, como veremos na seção VIII, em uma forma de “identidade” própria dos *barricaderos* frente aos setores organizados da APPO.

Em conclusão, pode-se afirmar que o que possibilitou o imaginário social e o discurso da comuna de Oaxaca foi o estabelecimento de relações sociais construídas cotidianamente mediante a solidariedade, igualdade e pluralidade ativas. A “comunalidade” realmente vivida cada dia e noite de verão e outono de 2006 em Oaxaca pode ser considerada como o fundamento do projeto político e a utopia social dos *barricaderos appistas*. Esta experiência local haveria de se estender, segundo as expectativas dos *barricaderos*, para o resto da sociedade<sup>41</sup>.

## VII

Neste texto, tenho partido da tese de que as barricadas podem ser observadas como um “subsistema de segurança” formador do sistema de protesto da APPO. Neste sentido, temos que nos perguntar como se vinculavam ambos os sistemas, sobretudo quando levamos em conta um certo grau de autonomia que as operações das barricadas tinham frente às operações da assembleia.

Essa vinculação se configurou por meio do estabelecimento de mecanismos sistêmicos de comunicação e coordenação, que permitiam ao subsistema garantir o rendimento de sua função de segurança e proteção aos membros da assembleia. Com efeito, a comunicação intrsistêmica se dava de forma dupla: por um lado, se dava através do envio de “representantes” ou “oradores” das barricadas à assembleia geral reunida na praça central de Oaxaca. O segundo modo de comunicação intrsistêmica tinha lugar, por outro lado, através dos meios de comunicação ocupados ou autogeridos pela APPO. Como temos visto, isso acontecia por meio de programas radiofônicos e por

---

<sup>41</sup> Como veremos na seção VIII, as dificuldades para a instituição da *Comuna de Oaxaca* não se encontram somente, como era esperado, na oposição e repressão dos governos estadual e federal, mas também no interior da própria APPO.

fóruns de discussão provenientes das chamadas telefônicas das regiões para as estações de rádio.

O mecanismo de coordenação constituído intencionalmente para a relação entre a APPO e as barricadas foi denominado “equipe de segurança”. Esta era formada por 19 pessoas, que eram indicadas para tal cargo pelas organizações sociais que formavam a APPO. Assim, cada organização assumia a tarefa de resguardar algum espaço ocupado ou tomado pela APPO. A assembleia delineou as diretrizes básicas dessa equipe, porém foram seus integrantes que decidiram concretamente o que fazer e como proceder para garantir a segurança da APPO. Jorge Chávez, um membro da equipe de segurança explica as atividades desta:

“Em 2006 tive toda uma série de ataques ao movimento social. Por isso foi necessário criar um grupo de segurança que vigiaria ou distribuiria tarefas ao longo dos acampamentos: tanto na praça principal da cidade de Oaxaca, como também nos diferentes pontos que tínhamos tomados naquele momento. Praticamente o que tinha que ser feito era orientar [as pessoas] no sentido de como proteger os espaços sem ter que partir para um confrontamento. Buscava-se simplesmente fazer um escudo...O problema era quando um delinquente ou batedor do movimento era detido, daí tínhamos que supervisionar que nenhum de seus direitos estava sendo violado, o que aconteceu em alguns casos e em alguns momentos. Também explicávamos o que fazer em caso de um ataque e como reter [isso é, proteger] em alguns momentos os companheiros que podiam ser detidos pela polícia do estado...Tivemos todos os tipos de problemas: tanto as famosas caravanas da morte, como também grupos de choque do governo do estado, até as chamadas à equipe de segurança porque um homem estava batendo em sua esposa. Por mil coisas éramos chamados e éramos muito requisitados! Quando se construíram as barricadas, as chamadas passaram a ser mais frequentes porque começaram a serem disparados, arremessados

carros ou garrafas [nas pessoas das barricadas]. Em uma jornada, recebíamos mais de 20 telefonemas, sobretudo à noite. Assim, o que fazíamos era pedir que cada barricada organizasse uma equipe de segurança, porque não podíamos estar em todos os cantos, com o objetivo de [instruí-los] no que deviam fazer em qualquer contingência. Nós tratávamos de coordenar essas mil equipes de segurança" (entrevista com Jorge Chávez, membro da Comuna de Oaxaca e conselheiro da APPO, 8 de junho de 2009).

## VIII

No item anterior, abordei os mecanismos de coordenação e comunicação da APPO e o subsistema de segurança. A seguir, me ocuparei das tensões intrsistêmicas resultantes da constituição singular da assembleia.

A APPO foi formada por uma impressionante quantidade de organizações e grupos heterogêneos, com histórias, projetos políticos e sociais e concepções ideológicas muitas vezes muito díspares entre si. Apesar dessa enorme variedade interna, o sistema de protesto pôde estabilizar a "múltipla contingência" comunicativa e interativa de seus componentes e pôde estruturá-la funcionalmente, ao menos por um tempo, em torno do objetivo comum da queda do governador Ulises Ruiz Ortiz. A complexidade do sistema social fomentava não só a demarcação de autonomias funcionais de seus diferentes subsistemas (como o organizativo, o de protesto simbólico, o de difusão midiática, o de segurança, por exemplo), mas também [fomentava] tensões internas.

A palavra de ordem "todos somos APPO" reflete, neste sentido, tanto o amplo apoio para a assembleia como uma das causas principais das ditas tensões. Para o caso do subsistema da segurança, podemos distinguir essas últimas em dois tipos: 1) entre a "assembleia formal" e os *barricaderos*, e 2) entre as organizações sociais e políticas e os membros independentes da APPO. A primeira tensão se expressa na fórmula "o conselho *versus* a barricada"; a segunda como "as organizações populares *versus* o povo". Ambas as tensões sintetizam aquilo que um participante caracteriza como os conflitos entre "o espaço formal e o espaço informa" da assembleia (entrevista com

Marcos Leyva, EDUCA, junho de 2009). Essas tensões são explicáveis somente em parte pela baixa institucionalização organizativa da APPO. No fundo, se trata na verdade da confrontação entre duas lógicas distintas de organização e práticas políticas, que colidiram no espaço da assembleia.

Por um lado, a participação massiva dos “independentes” no protesto não lhes garantia, por si, uma maior influência na condução da assembleia e na formação do “conselho provisório”. Não que o contrário fosse verdade, porque esta participação raramente estava fortemente coordenada fora da barricada e do distrito no que tange à proposição de programas, objetivos e estratégias comuns que poderiam competir com os da 22<sup>a</sup> Seção ou das organizações políticas e sociais. Assim, uma melhor mobilização de seus quadros permitia às organizações uma presença constante e eficaz nas discussões e tomadas de decisões que concerniam à assembleia como um todo.

As práticas políticas da 22<sup>a</sup> Seção e das organizações sociais e políticas também contribuíram para marginalizar os independentes, os quais, diferentemente dos ativistas e militantes profissionais, dispunham de escasso tempo para se envolverem nas discussões e decisões coletivas. Em outras palavras, o assembleísmo desgastou e tensionou facilmente aqueles que eram leigos na política.

Da perspectiva de um setor amplo dos independentes, o magistério e as organizações populares aproveitavam o conflito somente para seus objetivos gremiais. “Havia uma resistência muito forte dos jovens diante da assembleia: havia [entre eles] uma falta de credibilidade [por conta de] muitas organizações que estavam ali – e que ainda estão ali - e que nos fazem perguntar aonde era que [a APPO] estava indo. Realmente, não havia muita confiança [por parte deles]” (entrevista com Julia, estudante e locutora da Rádio universidade, 15 de abril de 2009). Também, este mesmo setor considerava que esses agrupamentos tendiam a monopolizar os espaços de discussão e decisão tanto para ganhar controle sobre o destino da assembleia como para avançar na sua própria agenda de negociação e gestão política com o governo estatal de um lado, e recrutar massivamente potencias membros [por outro]. Estudantes universitários sem militância, que, conforme ascendia o conflito, se integravam à diferentes barricadas e à “ações diretas” de

enfrentamento das forças da PFP, experimentaram essas tensões no interior da APPO tempos antes da formação da Assembleia Universitária que tinha a finalidade de se solidarizar com o magistério e APPO<sup>42</sup>. O interesse de criar esse espaço foi alimentado pelo seu desejo de gerar novas formas de fazer política. Entretanto, os setores de juventude e de estudantes das organizações populares de massas, como da Frente Popular Revolucionária (FPR) ou o Comitê de Defesa dos Direitos do Povo (CODEP), faziam todo o possível para:

“excluir todos os que eram independentes da assembleia e cooptar este espaço para seus próprios objetivos, como a nomeação dos conselheiros estudantis, que tinham representatividade no Congresso da APPO, ou, [em seu defeito], nos adicionar a suas lutas e demandas...Porém, a ideia da Assembleia Universitária era para ser um espaço de jovens que queriam dialogar com os outros jovens sem impor posturas; buscávamos criar propostas e iniciativas sem excluir ninguém...Ao final fui muito frustrante ver que, quando se faziam as reuniões preparatórias para o Congresso da APPO<sup>43</sup>, a 22ª Seção e as grandes organizações populares não tinham espaço para os outros. Onde estavam as donas de casa, os estudantes e os demais setores [que participavam sem militância ativamente da luta]? A autêntica ideia de uma assembleia é que todos possamos trabalhar juntos” (entrevista com Nancy Mota, estudante e co-fundadora da COMO, 27 de julho de 2009).

Essa mesma situação foi percebida de uma maneira muito diferente pelas organizações sociais e políticas. Neste sentido, Zenén Bravo, um dos dirigentes principais da FPR, considera que as barricadas se converteram em uma “fragilidade do movimento”, mais tarde, quando se rebelaram contra o conselho provisório e começaram a atuar por conta própria. Com efeito, o que

<sup>42</sup> A *assembleia universitária* foi uma experiência efêmera, porém muito significativa. Se formou ao redor de 50 jovens de diferentes faculdade da Universidade Autónoma Benito Juaréz de Oaxaca (UABJO) em 16 de junho e se desarticulou em 21 de agosto de 2006.

<sup>43</sup> No que se constituiria formalmente a APPO e que se celebraria de 10 a 13 de novembro de 2006.

em um momento se firmou como um fator tático “inesperado e necessário”, se desdobrou em uma participação popular descoordenada e sem rumo claro.

“De acordo com nossas concepções do marxismo clássico, nós acreditamos que as revoluções, como diz Lenin, não se fazem, mas sim se organizam. Este foi um movimento popular inesperado. Do ponto de vista do marxismo-leninismo, prevaleceu o ‘espontaneísmo’. Muitos setores se envolveram no movimento, porém cada qual fazia o que queria e acreditava. Propostas de outro jeito, as barricadas eram senão uma loucura, produto de uma mente doente. Tiveram seu momento de validade [ou seja, na defesa frente às agressões cada vez mais violentas e mortais do governo estatal]. Porém, para além disso, prejudicaram o movimento. Os que fazem uma apologia às barricadas e as olham com fetichismo não entendem isso. Muita gente que apoiava o movimento era, de fato, roubada ou furtada nas barricadas ou, simplesmente, não eram permitidos transitar para ir trabalhar ou vender seus produtos. [Tudo isso era desnecessário] porque já tínhamos, praticamente, o controle da cidade. Nenhuma ação poderia ser mais forte do que ter o poder (entrevista com Zenén Bravo, membro do FPR e deputado estadual, 23 de junho de 2009).

Por outro lado, aos independentes e aos demais grupos de anarquistas e libertários, as práticas políticas e organizativas desses agrupamentos de massas se apresentavam como “corruptas”, porque, supostamente, beneficiariam unicamente seus líderes e mesmo o governo. Assim se expressa um membro de um coletivo libertário:

No México, o corporativismo e o clientelismo dá muita força a muitas dessas organizações como a Frente Popular Revolucionária, Nova Esquerda de Oaxaca [agora Comuna de Oaxaca] ou a 22<sup>a</sup> Seção. Líderes como Zenén Bravo, Flavio Sosa ou Rueda Pacheco usam muita gente mas somente eles que se beneficiam – por exemplo, cobrando o salário de deputado [referindo-se a Zenén Bravo]. As pessoas participam muitas vezes

de maneira sincera dessas organizações sem saber o que fazem seus dirigentes, que podem ser vistos como traidores do povo...As estruturas desses grupos propiciam a traição porque ascendem certas pessoas ao poder... Assim, aproveitando-se da luta do povo, alguns desses grupos incorporam-se às instituições e ao aparato sub-governamental" (entrevista com Joaquín [pseudônimo], integrante do CASOTA, 16 de novembro de 2009).

Por sua vez, as organizações sociais, políticas e gremiais consideravam essas mesmas práticas como parte intrínseca de seu repertório de mobilização e protesto. A respeito disso, Marcelino Coache, um dos sindicalistas impulsores da FESODO e conselheiro da assembleia, afirma: "Se nós como organizações não damos resultados a nossas bases, não conseguiremos continuar lutando...[É certo], há um acordo que foi feito diante da APPO: não negociar com o adversário, com o governo do estado. Mas isso não quer dizer que não exijamos nossos direitos, como os salários, aumentos e tudo mais. Nós estamos zelando pelos interesses sindicais e pelos nossos direitos. (entrevista, novembro de 2010).

Outro fator que criou forte tensão nas relações entre os *barricaderos* e os independentes, por um lado, e o conselho provisório, a 22ª Seção e as organizações sociais e políticas, de outro, foi o imperativo discursivo que incluía sem restrições e em termos de igualdade o conjunto dos *appistas* por meio da palavra de ordem "todos somos APPO". Em termos organizativos, isso supunha que ninguém, além do próprio "povo", representava e dirigia a APPO. Com as crescentes divisões e diferenças em seu interior, se estreitariam, não obstante, as possibilidades da APPO de firmar acordos e tomar cursos de ação correspondentes. A longo prazo e quando já uma parte importante dos independentes"tinham se radicalizado por causa da violência dirigida a eles por parte dos grupos de choque do governo estatal, o mesmo funcionamento das rádios tomadas favoreceu, também, a multiplicação de tensões entre a APPO "formal" e a "informal". "

A rádio foi um fator decisivo, presente na etapa de Ascenso da APPO; porém também nos criou problemas organizativos. [Por causa dela], não foi criada uma estrutura [organizativa que

vinculava aos independentes], porque a rádio informava e convocava as pessoas. Tendo a rádio, eu me informo por meio dela e não ia à reunião da região para me informar e participar das tomadas de decisão. Dessa forma, quando atacaram a rádio, foi perdido o vínculo com muita da base social” (entrevista com Zenén Bravo, membro da FPR e deputado estadual, 23 de junho de 2009).

Não é de surpreender, por tudo exposto, que essas tensões intrasistemicas conduziram à diferenças políticas expostas entre a APPO “formal” e a “informal”. A expressão mais clara da dissidência interna pode ser encontrada, sem dúvida, entre os jovens *barricaderos* anarcopunks, cujas práticas políticas contrastavam mais que nenhuma outra com as do setor organizado da assembleia. A experiência das barricadas contribuiu para a criação um discurso do *povismo*<sup>44</sup> que contrastava a duas APPO [a formal e a informal] em termos de *autêntica* e *ilegítima*. Entre os jovens libertários, a oposição com esta última chegou a tal ponto que o seu referencial de identidade passou a ser a barricada onde mais haviam se envolvido ao invés da própria assembleia. “Eu pertenço à barricada Cinco Señores... ali conversávamos com companheiros e lhes perguntávamos: ‘você é APPO?’ E não era o que nós [sentíamos] quando víamos a figura de Flavio Sosa, porque [respondíamos]: ‘nem, não somos APPO. Nós somos o povo’. Então divulgávamos muito a palavra de ordem de Lucio Cabañas: ‘ser povo, estar com o povo e fazer povo’” (entrevista com Elías [pseudônimo], Bloco Negro Libertário, 18 de novembro de 2009). Em seu imaginário político, a ideia do ‘povo’ parecia universalmente inclusiva e igualitária, sem distinção. Por isso, a suposta pretensão de representação e condução do “movimento” por parte dos oradores da APPO, dos membros da comissão provisória e dos demais dirigentes das organizações sociais e gremiais, incluindo a 22<sup>a</sup> Seção, colidiam diretamente com a expectativa da *Comuna de Oaxaca*.

A mobilização disciplinada, a importância da direção e as hierarquias internas e a negociação e gestão de recursos públicos das organizações sociais

<sup>44</sup> No original em espanhol, “pueblismo” [N.T.]

e políticas contrastavam fortemente com a participação independente, horizontal, isenta de consecução de resultados e recursos concretos, assim como da necessidade e responsabilidade de negociar politicamente suas demandas, que caracterizava o comportamento dos *barricaderos*. Por tudo isso, os portadores da “ética da responsabilidade” e da “ética da convicção”, como diria Max Weber, não encontravam pontos de encontro, que os ajudaram a desenvolver suas diferentes práticas políticas e organizativas.

Essas tensões intrsistêmicas podem ser também analisadas a partir uma perspectiva diferente, ainda que em parte complementar, à teoria dos sistemas. Com efeito, a teoria do populismo e a construção das identidades políticas de Lacau (2005) pode elucidar as lógicas dos conflitos internos da APPO<sup>45</sup>. As legendas “fora URO!”<sup>46</sup> e “somos todos APPO” valem como significantes vazios cuja função hegemônica consiste em gerar uma unidade sistêmica em uma cadeia de equivalências das múltiplas e diversas demandas insatisfeitas de diferentes grupos, atores e setores sociais, que o sistema político é incapaz de responder satisfatoriamente em forma de políticas específicas. Esses significantes são considerados como hegemônicos porque, ainda que em suas origens não sejam mais que demandas particulares, no entanto, têm a virtude de assumir a função de representação universal. Ao acumular e absorver cada vez mais demandas equivalentes, esses significantes se tornam mais ricos ao passo que seu conteúdo conceitual se torna mais impreciso e ambíguo. De tal sorte, o vazio do significante permite a todos os grupos agregar e projetar neles suas próprias expectativas sem romper com a cadeia de equivalências. Deste modo, contribui para a construção de um ator popular que se confronta com seu oponente (o governo, concretamente, como representante do sistema de dominação). Por exemplo, enquanto que alguns participantes da APPO, como os membros profissionais da classe media, liam na legenda “fora URO!” uma promessa de democratização do regime político oaxaqueño, outros, como os mais próximos da esquerda tradicionais, viam na legenda o início de um processo revolucionário que conduziria ao

<sup>45</sup> A base da afinidade e da oportunidade de diálogo entre ambos os corpos teóricos é que compartilham pressupostos pós-estruturalistas ao redor de linguagem e diferença.

<sup>46</sup> Em referência ao governador Ulises Ruiz Ortiz

estabelecimento do socialismo no México; e, finalmente, os anarquistas esperavam, de sua parte, a possibilidade de romper com hierarquias e formas de dominações sociais visando à construção, na vida cotidiana, de relações igualitárias, libertárias e autogeridas entre homens e mulheres, jovens e adultos, e distintos grupos sociais. No caso da legenda “somos todos APPO”, a mesma lógica do significante hegemônico permitiu construir uma identidade compartilhada (“se APPO”). Para isso, a APPO encarnava esses significantes vazios, criando um espaço de encontro e solidariedade que colaborava com o protesto contra um inimigo comum.

Não obstante, na tomada de decisões e definição de estratégias diante dos diferentes eventos (por exemplo, os diálogos com a Secretaria de Governo ou as táticas para enfrentar a PFP), estes significantes vazios e universais se viram obrigados a ser especificados no conflito. Deste modo, a “unidade” simbólica do ator popular acabou sendo fortemente tensionada, porque o que a especificação de estratégias e a definição de metas táticas trouxe à tona não foi nada mais que as diferenças notáveis entre as práticas políticas, das formas organizativas, os objetivos e demandas particulares dos distintos integrantes da assembleia. Assim, por exemplo, nem todos estavam dispostos a negociar com o governo federal, a travar um conflito violento com a polícia, a participar das eleições ou a considerar o magistério como a vanguarda do movimento. A ruptura do feitiço da identidade universal provocou tensões e conflitos dificilmente superáveis e reconciliáveis entre os *appistas*, que começaram a considerar a si mesmos em plural.

### **Conclusão**

Ao final de uma marcha pacífica, cujo andamento havia sido organizado, no 25 de novembro de 2006, foi dado lugar a um confrontamento cruel entre a PFP e os *appistas*. Seu saldo: 152 detidos, diversos feridos e lesionados em ambos os lados, 19 imóveis danificados e 20 veículos incendiados. O terror massivamente propagado acabou com as tentativas de resistência dos *appistas*. Deste modo, quatro dias mais tarde foi desmantelada a última barricada da cidade: a Rebelde Antequera em Cinco Señores. Com isso, o subsistema da segurança da APPO foi totalmente destruído. Nas semanas

seguintes, a repressão governamental continuou. “Organismos de direitos humanos reportaram 31 desaparecidos (11 mulheres e 20 homens), 230 detidos (50 mulheres e 253 homens); 142 deles foram transportados à prisão de Nayarit e o restante às de Matamoros, Tamaulipas [...] A Secretaria de Segurança Pública Federal argumentou que todos os detidos eram de ‘alto nível de perigo’, sem se valer de provas, pois a maioria não tinha antecedentes criminais” (Martínez Vásquez, 2007:171).

Para terminar este artigo, gostaria de propor uma série de questões teóricas e empíricas para futuras pesquisas. Por um lado, como explicar a permanência de um sistema de protesto, cuja estrutura se vê radicalmente modificada e cujas sub-funções inclusive deixam de funcionar devido ao desaparecimento do subsistema encarregado de realizá-las? O que nos dizem essas transformações em relação à identidade sistêmica? E, por outro lado, como se expressa hoje em dia, se é o caso, a participação social e política dos “independentes”? Como a experiência da comuna transformou suas vidas cotidianas? No caso daqueles que, durante ou após o conflito, formaram organizações ou coletivos, como a Coordenação de Mulheres Oazaquenhas (CMO) ou as Vozes Oazaquenhas Construindo Autonomia e Liberdade (VOCAL), será que conseguiram estabelecer realmente práticas políticas caracterizadas pela igualdade, solidariedade e pluralidade entre seus membros, ou, pelo contrário, reproduziram em seus agrupamentos hierarquias, lideranças e novas formas de autoritarismo e exclusão indo na contra mão do que achavam ter experimentado na *Comuna de Oaxaca*?

#### Bibliografia

Ahlemeyer, Heinrich W. (1995), Soziale Bewegungen als Kommunikationssystem. Einheit, Umweltverhältnis und Funktion eines sozialen Phänomens, Opladen, Leske Budrich.

\_\_\_\_ (1991), “Was ist eine soziale Bewegung? Zur Distinktion und Einheit eines sozialen Phänomens”, en Zeitschrift für Soziologie, Jg. 18, Heft 3, Juni, pp. 175-199.

Arendt, Hannah (1999), Los orígenes del totalitarismo. Parte 3. Totalitarismo, Madrid, Alianza.

Bailón Corres, Jaime (2002), Pueblos indios, élites y territorio. Sistemas de dominio regional en el sur de México. Una historia política de Oaxaca, México, El Colegio de México.

Ballesteros, Héctor (2007), Puntos B, cartografías de una ciudad en crisis: Oaxaca 2006, interactivo con 39 barricadas, dvd, México, Arquitectura.

Beas Torres, Carlos (ed.) (2007), La batalla por Oaxaca, Oaxaca, Yope Power.

Bolos, Silvia (2010), La participación de los organismos civiles en el conflicto de Oaxaca, 2006, México (mimeo).

Bolos, Silvia y Marco Estrada Saavedra (2010), "Protesta social y democratización: un estudio sociológico sobre la constitución, organización y movilización de la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (2005-2010)", Estudios Sociológicos, vol. XVIII, núm. 82, enero-abril, pp. 231-254.

Castoriadis, Cornelius (2001), "Imaginario e imaginación en la encrucijada", en C. Castoriadis, Figuras de lo pensable, México, fce, pp. 93-114.

\_\_\_\_ (1995), "Lo imaginario: la creación en el dominio histórico social", en C. Castoriadis, Los dominios del hombre: las encrucijadas del laberinto, Madrid, Gedisa, pp. 64-80.

\_\_\_\_ (1989), La institución imaginaria de la sociedad. Vol. 2. El imaginario social y la institución, Barcelona, Tusquets.

Coladeangelo, Claudio (2009), El comal ardiente. ¿Qué pasa en Oaxaca?, Oaxaca, Pueblo Production.

CCIODH, (Comisión Civil Internacional de Observación por los Derechos Humanos) (2007), Informe sobre los hechos de Oaxaca, Barcelona, CCIODH-UACM.

Cortés, Joel Vicente (coord.) (2006), Educación, sindicalismo y gobernabilidad en Oaxaca, Oaxaca, sntc.

El Cotidiano (2008), uam-Azcapotzalco, México, año 23, marzo-abril.

Cuadernos del Sur (2007), año 12, núms. 24-25, noviembre.

Denham, Diana y c.a.s.a. Collective (2008), Teaching Rebellion. Stories from the Grassroots Mobilization in Oaxaca, Oakland, p.m.

Estrada Saavedra, Marco (2010) (en prensa), Alteraciones comunicativas: democracia, medios de difusión y la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca, México.

\_\_\_\_ (2008), Sistemas de protesta, México (mimeo).

\_\_\_\_ (1995), Participación política y actores colectivos, México, Universidad Iberoamericana y Plaza y Valdés.

Freidberg, Jill (2007), Un poquito de tanta verdad, Seattle, Producción de Corrugated Films con la colaboración de Mal de Ojo TV.

Garduño, Armando y Amelia Salcido (2008), El Muro, México, dvd, uam-Xochimilco.

Giarracca, Norma (coord.) (2008), Cuando hasta las piedras se levantan. Oaxaca, México, 2006, Buenos Aires, Antropofagia.

Gijsbers, Wim (2007), “David Venegas: la barricada y la resistencia social”, en Carlos Beas Torres (ed.), La batalla por Oaxaca, Oaxaca, Yope Power, pp. 249-258.

Hellmann, Kai-Uwe (2000), “...und ein größeres Stück Landschaft mit den erloschenen Vulkanen des Marxismus. Oder: Warum rezipiert die Bewegungsforschung Luhmann nicht?”, en Henk de Berg y Johannes Schmidt (eds.), Rezeption und Reflexion. Zur Resonanz der Systemtheorie Niklas Luhmanns ausserhalb der Soziologie, Frankfurt y Main, Suhrkamp, pp. 411-439.

\_\_\_\_ (1998), “Systemtheorie und Bewegungsforschung. Rezeptiondefizite aufgrund von Stildifferenzen oder das Ausserachtlassen von Naheliegenden”, Rechthistorisches Journal, Jg. 17, pp. 493-510.

\_\_\_\_ (1996), Systemtheorie und neue soziale Bewegungen. Identitätsprobleme in der Risikogesellschaft, Opladen, Westdeutscher Verlag.

Iriate, Osbaldo Gabriel (2009), “Los sentidos de la barricada”, en Citlalli Méndez, Nicole Kast, Kiado Cruz y Yesika Cruz (eds.), Oaxaca 2006: lo vimos, lo vivimos. Narraciones en movimiento, Oaxaca, Oaxaca Libre, Universidad de la Tierra, Swarthmore College y Medios de Información Alternativos y Revolucionemos Oaxaca, pp. 137-156.

Japp, Klaus P. (1990), "Das Risiko der Rationalität für technisch-ökologische Systeme", en Jost Halfmann y Klaus Peter Japp (eds.), *Riskante Entscheidungen und Katastrophentypen. Elemente einer soziologischen Risikoforschung*, Opladen, Westdeutscher Verlag, pp. 34-60.

\_\_\_\_ (1986a), "Kollektive Akteure als soziale Systeme?", en Hans-Jürgen Unverferth (ed.), *System und Selbstproduktion. Zur Erschließung eines neuen Paradigmas in den Sozialwissenschaften*, Frankfurt, Bern y New York, Peter Lang, pp. 166-191.

\_\_\_\_ (1986b), "Neue soziale Bewegungen und die Kontinuität der Moderne", en Johannes Berger (ed.), *Die Moderne-Kontinuitäten und Zäsuren. Soziale Welt*, Sonderband 4, Göttingen, pp. 311-333.

\_\_\_\_ (1984), "Selbsterzeugung oder Fremdverschulden. Thesen zum Rationalismus in den Theorien sozialer Bewegungen", *Soziale Welt*, Jg. 35, Heft 3, pp. 313-329. Keane, John (1992), *La vida pública y el capitalismo tardío*, México, Alianza.

Laclau, Ernesto (2005), *La razón populista*, Buenos Aires, fce.

Law, Yihn (2008), *Sígueme contando. Sonidos de la lucha oaxaqueña*, Oaxaca y México, Producción cesol/LuzKemada.

Leyva, Rubén (2008), *Memorial de agravios*, Oaxaca, México, 2006, Oaxaca, Marabú. Luhmann, Niklas (2005), "Interaktion, Organisation, Gesellschaft", en N. Luhmann, *Soziologische Aufklärung 2. Aufsätze zur Theorie der Gesellschaft*, Wiesbaden, vs Verlag für Sozialwissenschaften, pp. 9-24.

\_\_\_\_ (2002), *Einführung in die Systemtheorie*, herausgegeben von Dirk Baecker, Heidelberg, Carl-Auer-System Verlag.

\_\_\_\_ (1998), *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt y Main, Suhrkamp.

\_\_\_\_ (1996), *Protest. Systemtheorie und soziale Bewegungen*, herausgegeben und eingeleitet von Kai-Uwe Hellmann, Frankfurt y Main, Suhrkamp.

\_\_\_\_ (1992), *Sociología del riesgo*, Guadalajara, Universidad Iberoamericana y Universidad de Guadalajara.

\_\_\_\_ (1987), *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Theorie*, Frankfurt y Main, Suhrkamp.

Mal de Ojo tv (s/f), Resistencia visual 1, dvd, Oaxaca, s/e.

Mal de Ojo tv y Comité de Liberación 25 de noviembre (2007), Compromiso cumplido, dvd, México, s/e.

Mal de Ojo tv y Contraimagen (2007), Morena, dvd, Oaxaca, marzo, s/e.

Martínez Vásquez, Víctor Raúl (coord.) (2009), La appo: ¿rebelión o movimiento social? (Nuevas formas de expresión ante la crisis), Oaxaca, uabjo-Instituto de Investigaciones Sociológicas.

\_\_\_\_ (2007): Autoritarismo, movimiento popular y crisis política: Oaxaca 2006, México, uabjo, Instituto de Investigaciones Sociológicas, Centro de Apoyo al Movimiento Popular Oaxaqueño, educa y Consorcio para el Diálogo Parlamentario y la Equidad.

Méndez, Citlalli, Nicole Kast, Kiado Cruz y Yesika Cruz (eds.) (2009), Oaxaca 2006: lo vimos, lo vivimos. Narraciones en movimiento, Oaxaca, Oaxaca Libre, Universidad de la Tierra, Swarthmore College, Medios de Información Alternativos y Revolucionemos Oaxaca.

Monter, Lucía (2007), “Las noches en la ciudad de la resistencia. Entrevista con el Alebrije”, en Carlos Beas Torres (ed.), La batalla por Oaxaca, Oaxaca, Yope Power, pp. 197-202.

Osorno, Diego Enrique (2007), Oaxaca sitiada. La primera insurrección del siglo XXI, México, Grijalbo.

Recondo, David (2007), La política del gatopardo. Multiculturalismo y democracia en Oaxaca, México, ciesas-cemca.

Sotelo Marbán, José (2008), Oaxaca: insurgencia civil y terrorismo de Estado, México, Era.

Tarrow, Sidney (1997), El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política, Madrid, Alianza.

Tilly, Charles (1978), From Mobilization to Revolution, Nueva York, McGrawHill.

Videohackers e Indymedia (2007), Brad, uma noite mais nas barricadas, dvd, Barcelona, Videohackers, Indymedia, Familia Bastos Producciones-Brasil, Producciones Intermedia.

Wahren, Juan y Lucía García Guerrero (2008), "Conversaciones con Rubén y David Venegas", en Norma Giarraca (coord.) (2008), Cuando hasta las piedras se levantan. Oaxaca, México, 2006, Buenos Aires, Antropofagia, pp. 90-121.

Yescas Martínez, Isidoro y Gloria Zafra (2006), La insurgencia magisterial en Oaxaca, Oaxaca, iepo-iiusuabjo.

Zires, Margarita (2009), "Estrategias de comunicación y acción política. Movimiento social de la appo", en Víctor Raúl Martínez Vásquez (coord.), La appo: ¿rebelión o movimiento social? (Nuevas formas de expresión ante la crisis), Oaxaca, uabjo-Instituto de Investigaciones Sociológicas, pp. 161-196.